



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

**EDUCAÇÃO FÍSICA E INCLUSÃO:
NOS BASTIDORES DA ESCOLA**

FABIANA GOMES DO NASCIMENTO

CAMPINA GRANDE - PB

2012

FABIANA GOMES DO NASCIMENTO

**EDUCAÇÃO FÍSICA E INCLUSÃO:
NOS BASTIDORES DA ESCOLA**

Trabalho Acadêmico Orientado, formato monografia, apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual da Paraíba, como pré-requisito para obtenção do título de Licenciado em Educação Física.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Livia Tenorio Brasileiro

CAMPINA GRANDE – PB

2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

N244e Nascimento, Fabiana Gomes do.
Educação física e inclusão [manuscrito] : nos bastidores da escola / Fabiana Gomes do Nascimento. – 2012.
88 f. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, 2012.
“Orientação: Prof. Dra. Lívia Tenório Brasileiro, Departamento de Educação Física”.

1. Educação física. 2. Pessoa com deficiência. 3. Inclusão. I. Título.

21. ed. CDD 613.7

FABIANA GOMES DO NASCIMENTO

**EDUCAÇÃO FÍSICA E INCLUSÃO:
NOS BASTIDORES DA ESCOLA**

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Livia Tenorio Brasileiro (DEF/UEPB)
(Orientadora)



Prof.^a Esp. Anna Sionara Moura Lima Dantas (DEF/UEPB)
(Examinadora)



Prof.^a Dr.^a Maria Goretti Cunha Lisboa (DEF/UEPB)
(Examinadora)

Aprovada em 23 de Novembro de 2012

Dedico este trabalho ao meu Deus, que me sustenta em seus braços fortes.

Dedico aos alunos portadores de deficiência, que me deram o privilégio de conhecê-los e de tê-los como participantes no meu estudo.

Dedico aos professores participantes da pesquisa.

Dedico aos meus amigos Arthur, Daline, Raiane, Roseane e Cláudia.

Dedico principalmente a minha família e ao meu namorado Esdras, pessoas de grande valia em minha vida que tanto torceram por mim.

Dedico a mim mesma, pelo meu esforço, preocupação em fazer sempre o melhor dentro dos meus limites.

Dedico também a minha orientadora Prof.^a Livia, pela atenção, cuidado e delicadeza ao me corrigir e por estimular em mim a criatividade.

**Minha alegria esteve nas lutas, nas dúvidas, nas tentativas,
nas ideias, no sofrimento durante os dias,
mas principalmente na satisfação da conquista .**

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu Deus, que desde o ventre de minha mãe quando ainda era substância sem forma esteve comigo, guiou meus passos, fez e faz tudo na hora certa. Palavras são muito pouco para que eu agradeça meu Pai eterno. Obrigada pelo que fizeste, fazes e ainda farás na minha vida. Te agradeço por cada milagre e pela certeza de poder chamá-lo de “Meu Deus”.

Agradeço aos meus pais, Edson e Marluce, pelo cuidado imenso para comigo, pela alegria e orgulho de me ver na universidade, pelo amor tão dedicado a mim, pela compreensão durante minha ausência nas noites que me encontrava em meu quarto de porta fechada de frente ao computador. Obrigado ao meu pai pela preocupação em sempre dizer “Num vai dormir hoje não?”. Obrigado a minha mãe que sempre entrava no meu quarto de mansinho deixava um lanchinho pra mim em cima da cama e saía sem dizer nada.

Agradeço a Esdras, pela amizade, pelo amor, pela compreensão, pelo apoio e ajuda nos momentos difíceis, como diria Clarice Lispector “Eu não posso e nem quero explicar, eu agradeço”.

Agradeço aos professores, que ao longo desses quatro anos me ajudaram na construção do conhecimento, em especial agradeço a minha querida orientadora Prof.^a Lívia, por existir e por fazer parte de minha vida acadêmica, por tão bem desempenhar seu papel de orientadora. Alguns são professores por profissão, esta o é por vocação.

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar como acontece a participação de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física em três escolas situadas na cidade de Campina Grande – PB, sendo elas uma pública municipal, uma pública estadual e uma da rede particular. A pesquisa de caráter qualitativo teve como instrumento seis questionários, sendo aplicado aos seguintes sujeitos: gestores, professores de Educação Física, alunos com deficiência, pais de alunos com deficiência, alunos não deficientes, pais de alunos não deficientes. A partir de nosso estudo constatamos a presença de um aluno com deficiência física no 7º ano da Escola Pública Municipal, um aluno com deficiência auditiva no 9º ano da Escola Pública Estadual e um aluno com paralisia cerebral (PC) no 5º ano da Escola Particular. Os dados indicaram que apenas uma, das três escolas, possui estrutura física que atenda às necessidades dos alunos com deficiência, as outras estão em processo de adaptação. Dos três gestores, apenas um possui conhecimento específico de como trabalhar com alunos deficientes em sala de aula. Todos os professores possuem graduação e especialização, no entanto, o único conhecimento que adquiriram sobre o trato com alunos com deficiência obtiveram na graduação, entretanto afirmam que é insuficiente para que se possa desenvolver um melhor trabalho na escola. Os professores afirmam que conseguem inserir os alunos deficientes nas aulas de Educação Física. Todos os 3 pais de alunos deficientes afirmaram que não fazem nenhuma restrição aos seus filhos com relação as aulas de Educação Física, no entanto, 1 dos pais apresentaram um certo receio de que seus filhos sejam vítimas de bullying. Quanto aos 14 pais de alunos não deficientes apenas 1 discordou da presença de alunos com algum tipo de deficiências nas escolas regulares, alegando que tais alunos necessitam de escolas especializadas. Os dados indicaram que todos os alunos PD estão inseridos nas aulas de Educação Física e não se sentem excluídos da escola. Entendemos que não é necessário uma redefinição do que é educação inclusiva ou das nomenclaturas para definir alguém que é portador de deficiência, mas, uma consolidação de uma educação inclusiva condizente com o que é disseminado na sociedade através dos meios de comunicação, para que assim possamos ter realmente uma educação inclusiva propriamente dita com uma cultura escolar que valorize o aluno e o professor.

Palavras-chave: Educação Física; Pessoa com Deficiência; Inclusão.

ABSTRACT

The present study to analyze with have the inclusion of students with disabilities in Physical Education classes in three schools located in the city of Campina Grande - PB, which were a municipal public, a state public and private school. A qualitative research study had the instrument six questionnaires, being applied to the following subjects: administrators, physical education teachers, students with disabilities, parents of students with disabilities, students no disabilities, parents of students not disabilities. From our study we found the presence of a student with a disability in the 7th year of the municipal public school, a student with hearing disability in the 9th public school state and a student with cerebral palsy (CP) in the 5th year of private school. The study indicate that only one of the three schools that have physical structure responsive to the needs of students with disabilities, the others are in the process of adaptation. Of the three managers, one has specific knowledge of how to work with students in the classroom with disabilities. All teachers have graduate and specialization, however, the only knowledge they have acquired about dealing with undergraduate students with disabilities obtained, however that is not enough to say that we can develop a better work in school. Teachers say that students can insert students with disabilities in Physical Education classes. All three parents of students with disabilities said they make no restriction to their children about the physical education classes, however, two parents had a certain fear that their children are victims of bullying. As parents of students at 14 no disabilities only 1 pupils disagreed with the presence of students with disabilities in regular schools, claiming that such students need specialized schools. The study indicate that all students are included in the students with disabilities lessons and not feel excluded from school. We understand that is sorely needed is a redefinition of what inclusive education or classifications to define someone who is disabled, but also a consolidation of an education befitting what is disseminated in society, so we can have a really inclusive education properly said with a school culture that values the student and the teacher.

Keywords: Physical Education; Deficient; Inclusion.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1. CAPITULO I - ERA UMA VEZ...: A INVENÇÃO DA DEFICIÊNCIA.....	11
2. CAPITULO II - A ARTE IMITA A VIDA.....	21
3. CAPITULO III - EDUCAÇÃO FÍSICA, INCLUSÃO, CIDADANIA E EDUCAÇÃO	32
4. CAPITULO IV - CAMINHANDO COM ALUNOS, PAIS, PROFESSORES E GESTAO ESCOLAR.....	40
5. CAPITULO V - ANÁLISE DOS DADOS: O JOGO DA VIDA: DESAFIOS NO CAMPO ESCOLAR.....	44
5.1 JOGADORES EM SUAS DEVIDAS POSIÇÕES.....	45
5.2 GESTÃO RIMA COM INCLUSÃO?.....	45
5.3 EDUCANDO COM SENSIBILIDADE E PROMOVENDO INCLUSÃO.....	48
5.4 PAIS PREPARADOS FILHOS INCLUSOS.....	52
5.5 SE VENDO DEFICIENTE, DESCOBRINDO A INCLUSÃO.....	53
5.6 O PRIVILÉGIO DE CONVIVER COM AS DIFERENÇAS.....	55
5.7 É NA EDUCAÇÃO DOS FILHOS QUE SE REVELAM AS POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO.....	58
6. CONCLUSÃO: RECONHECENDO POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO NA EDUCACAO FISICA.....	61
7. REFERÊNCIAS.....	68
8. ANEXOS.....	71
9. APÊNDICES.....	85

INTRODUÇÃO

Nos dias atuais é muito comum ouvir através dos meios de comunicação a respeito de inclusão social, educação inclusiva, acessibilidade e slogans que tentam conscientizar a população de que as pessoas com deficiência podem e devem ser inseridos nas escolas. Porém, o que se é esquecido é de como essas crianças devem ser realmente integradas, inseridas e incluídas na escola para que atinjam objetivos como todo e qualquer aluno regular.

É assegurado por meio de leis, como por exemplo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e a Lei da Salamanca (1994)¹ que alunos portadores de deficiência devem ser inseridos no cotidiano escolar para que os mesmos tenham a oportunidade de vivenciar experiências nos diversos aspectos de cada componente curricular. Sendo assim, não podemos excluir o componente curricular de Educação Física, que como o próprio nome sugere, trabalha com o conhecimento do corpo (físico) e sua funcionalidade, como afirma Betti (1991).

Para que haja esse conhecimento proposto por Betti (1991), faz-se necessário a participação de tais alunos nas aulas de Educação Física, para que desse modo o aluno tenha oportunidade de autoconhecimento físico e de como o mesmo pode ser trabalhado nas aulas dentro dos limites de cada aluno.

Seria também interessante que este conhecimento chegasse aos pais desses alunos para que assim se pudesse tirar a ideia de “especiais”, “coitadinhos” que acaba causando uma proteção exagerada vinda do medo ou até mesmo vergonha de seu filho ser motivo de risadas, olhares, compaixão.

Também não podemos deixar de acrescentar as condições de trabalho para lidar com tal situação e levantar questões como: a formação do profissional de Educação Física, a estrutura física das escolas, o investimento por parte do governo em cursos de capacitação, o interesse do professor de Educação Física em inserir crianças com deficiência em suas aulas, dentre outros pontos a serem problematizados ao longo deste trabalho.

¹ A Declaração da Salamanca criada em 1994 é uma resolução das Nações Unidas que trata dos princípios, política e prática em educação para pessoas com deficiência.

É levando em consideração os pontos anteriormente citados, em relação ao trato com os portadores de deficiência, que este trabalho propõe-se a problematizar a inserção de alunos com deficiência física nas escolas regulares e em especial nas aulas de Educação Física, como acontece o cotidiano dos mesmos em relação à escola, na relação professor-aluno, na relação aluno-aluno, a visão dos pais dos alunos sobre os processos de inclusão e adequação dessas crianças no meio escolar.

CAPÍTULO I

ERA UMA VEZ.....: A INVENÇÃO DA DEFICIÊNCIA

ERA UMA VEZ.....: A INVENÇÃO DA DEFICIÊNCIA

Para termos uma visão mais ampla do que se refere a pessoa com deficiência (PCD) faz-se necessário conhecer a trajetória do mesmo ao longo da história da humanidade e de como ela era visto pela sociedade na forma de pensar, na forma de agir, de acordo com a época em que este se encontrava.

Historicamente as PCD tiveram seu percurso marcado pela segregação e exclusão influenciadas por vários argumentos que mudavam de acordo com o momento histórico vivido.

No decorrer da história a deficiência nas sociedades antigas era encarada como sendo resultado de uma maldição dos deuses, sendo assim tal indivíduo não era bem visto pela sociedade e deste modo era excluído da convivência coletiva. “[...] a pessoa diferente, com limitações funcionais e necessidades diferenciadas, era praticamente exterminada por meio do abandono, o que não representava um problema de natureza ética ou moral” (BRASIL,1998, p. 7).

Um exemplo disso foi a Grécia clássica onde o corpo são e a mente sã eram formas de demonstrar que o indivíduo era bem-aventurado, belo, feliz, sendo assim em uma sociedade onde o corpo simétrico e atlético era símbolo de uma vida feliz e saudável, a deficiência era exatamente o seu oposto, a deficiência era o símbolo de tudo aquilo que seria desprezível, deste modo é possível encontrarmos em muitas sociedades antigas o infanticídio como forma de livrar-se destes indivíduos que seria um peso para família e para o grupo social como um todo (BRASIL,1998).

Reafirmando o discurso acima sobre a concepção dos gregos para com as PCD, Goffman (1962, p. 5) afirma que

Os gregos, que tinham bastante conhecimento de recursos visuais, criaram o termo estigma para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava. Os sinais eram feitos com cortes ou fogo no corpo e avisavam que o portador era um escravo, um criminoso ou traidor uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que devia ser evitada; especialmente em lugares públicos.

Entre os hebreus, por exemplo, a deficiência era encarada como castigo por pecados contra a divindade, tendo como consequência social o repulso que causava a exclusão e o desprezo por parte dos indivíduos que o cercavam. Podemos constatar tal fato na passagem do Evangelho de João (Cap. 9, v. 1º): “Ao passar, Jesus viu um cego de nascença. Seus discípulos lhe perguntaram: - Mestre quem foi que pecou, este homem ou seus pais, para que ele nascesse cego?”

A Idade Média foi marcada por uma mudança na organização político-administrativo no âmbito religioso com o fortalecimento da igreja católica que passou a ser encarada como a autoridade maior que com pleno poder tinha em suas mãos o direito de excomungar qualquer pessoa que fugisse do padrão estabelecido por ela, e ao povo cabia a função de produtor de produtos agrícolas e pecuários como forma de fontes econômicas para a sociedade mais alta. Porém no que diz respeito a PCD não houve muita mudança, pois esta foi conceituado como criatura de Deus como forma de misericórdia, mas era abandonada a própria sorte e a bondade das pessoas que se compadeciam de tal situação e que eram educadas pela igreja católica a pratica da boa ação e compadecimentos com os pobres e aleijados como forma de alcançar o reino dos céus (<http://www.mundoeducacao.com.br/historiageral/igreja-na-idade-media.htm>).

Pessoas doentes, defeituosas e/ou mentalmente afetadas (provavelmente deficientes físicos, sensoriais e mentais), em função da assunção das idéias cristãs, não mais podiam ser exterminadas, já que também eram criaturas de Deus. Assim, eram aparentemente ignoradas à própria sorte, dependendo, para sua sobrevivência, da boa vontade e caridade humana. Da mesma forma que na Antigüidade, alguns continuavam a ser aproveitados como fonte de diversão, como bobos da corte, como material de exposição, etc. (BRASIL,1998, p. 8 e 9).

No século XIII, começam a surgir preocupações com o que fazer com os deficientes, foi então que surgiram as primeiras instituições para “abrigar” pessoas deficientes, tais instituições vêm mais com a intenção de retirá-los do convívio social do que com o cuidado propriamente dito.

O processo de educação nessa época ou era para a formação do clero ou para as artes ou a guerra, depois que a igreja católica sofreu o golpe da reforma protestante passou a realizar a inquisição de qualquer pessoa que fugisse dos padrões estabelecidos pela igreja ou que representasse ameaça

para o clero, incluindo-se as PCD que eram tidas como endemoniadas e uma grande ameaça para a sociedade.

As pessoas com deficiência, entretanto, não eram as únicas a sofrerem perseguições, torturas e exterminação. Todos os que de alguma forma discordavam das ações do clero, bem como inimigos pessoais, especialmente os que dispunham de posses, foram sendo atingidos, num movimento crescente tão característico de todo comando totalitário e autoritário (BRASIL,1998, p. 10).

Apesar da grande influência dos renascentistas a grande modificação na percepção da deficiência ocorre mesmo a partir das guerras e revoluções, onde agora a sociedade tinha que conviver com os “heróis” de guerra que muitas vezes voltam com traumas e mutilações, o que leva a sociedade a refletir acerca da deficiência de como agir com os portadores que as adquiriram em nome da pátria.

Ainda sobre situações as quais as PCD foram definidas e submetidas durante a idade média, Pessotti (1984, p. 5-6 *apud* BRASIL,1998, p. 11) afirma que,

Assim, constata-se que, conquanto na Antiguidade a pessoa diferente não era sequer considerada ser humano, no período medieval, a concepção de deficiência passou a ser metafísica, de natureza religiosa, sendo a pessoa com deficiência considerada ora demoníaca, ora possuída pelo demônio, ora expiador de culpas alheias, ou um apacador da cólera divina a receber, em lugar da aldeia, a vingança celeste, como um pára-raios.

Tais atitudes acabaram causando revolta dentro da própria igreja culminando na revolta protestante liderada por Martim Lutero, mas que não teve mudança positiva do que se possa falar das PCD.

A partir do século XVI com revolução burguesa, ocorreram várias mudanças nos fatores sociais, econômicos, políticos e filosóficos, causando uma nova concepção a respeito da PCD, que começou a ser encarado como fator orgânico e com influencia da medicina inicia-se uma espécie de busca pelo tratamento para os mesmos por meio da alquimia, magia e astrologia (BRASIL,1998, p. 12).

Um fato que marca essa nova percepção se dá após a Revolução Francesa, com o caso de Itard que tenta educar Victor de Avignon que ficou conhecido como o selvagem de Avignon, que era surdo. Apesar de não ter tido

muito sucesso, Itard deu início ao que podemos chamar de política de educação para pessoa com deficiência (SASSAKI,1997).

No século XVII veio o fortalecimento da ideia das causas naturais para o surgimento da deficiência física e uma maior busca pelo tratamento, mas também a ideia do desenvolvimento e estímulo que acaba se firmando e se desenvolvendo no século XVII.

A partir do século XVII veio a então preocupação com as PCD, sua função e ocupação de lugar na sociedade, como motivo de preocupação e risco a população no convívio com tais indivíduos, surgindo então a institucionalização das PCD, que no caso serviria mais como retirá-los do convívio social como medida de segurança do que preocupação com tais indivíduos propriamente dito e que infelizmente ainda prevalece até os dias de hoje em alguns países inclusive o nosso. Nesse contexto,

Conventos e asilos, seguidos pelos hospitais psiquiátricos, constituíram-se em locais de confinamento, em vez de locais para tratamento das pessoas com deficiência. Na realidade, tais instituições eram, e muitas vezes ainda o são, pouco mais do que prisões (BRASIL,1998, p. 14).

Somente a partir do século XX especificamente na década de 20 surgem instituições de caráter privado e de assistência social direcionadas ao que foi chamado durante muito tempo de Educação Especial. Já na educação pública foram estabelecidos requisitos para aceitação de alunos com deficiência, onde os mesmos eram encaminhados a uma educadora sanitária que avaliaria os alunos e os caracterizariam como crianças que não atrapalhariam o bom andamento da rotina da sala de aula e da escola. O século XX também é marcado no pós-guerra pela Declaração dos Direitos Humanos de 1948, onde se baseando nisso é possível lutar por condições de desenvolvimento socioculturais iguais para todos.

Em meados da década de 60 é que a ideia de institucionalização vem a ser questionada, como mais um enclausuramento do que tratamento, também foi questionada a diversidade de deficiências e doenças mentais que se encontravam num mesmo ambiente sem uma preocupação de individualidade biológica e psicológica, nem com possíveis ocupações de cotidiano que poderiam ser realizadas para com os institucionalizados. Para Goffman (1962, p. 13) a ideia de instituição é conceituada como:

Um lugar de residência e de trabalho, onde um grande número de pessoas, excluídas da sociedade mais ampla, por um longo período de tempo, levam juntas uma vida enclausurada e formalmente administrada.

Podemos constatar nesse trecho da obra de Goffman, uma crítica sobre as instituições que se encarregavam e muitas vezes até hoje se encarregam de apenas retirar as PCD do meio social como forma apenas de colocá-la em um ambiente “próprio” onde o mesmo conviva com semelhantes a ela e que não esteja de certa forma atrapalhando o cotidiano de seus familiares e que não esteja sendo o diferente, o engraçado, o esquisito, o pobre coitado e o perigoso da família, da escola e da sociedade onde ele esteja presente.

Tais seres humanos eram e são apenas enclausurados de maneira inadequada e ineficiente de acordo com a proposta dessas instituições, isolando e privando o indivíduo de ter a oportunidade de organizar e administrar seu cotidiano de maneira que estes se tornem independentes, que passa a ser manipulada apenas por profissionais e não junto com a família, que deveriam estar presente auxiliando na administração de suas relações interpessoais, tal debate ajuda no surgimento da ideia de normalização e desinstitucionalização chegando até o desafio de integração das PCD como forma de valorizar a capacidade individual de cada deficiente dentro seus limites.

Assim, integrar significava localizar no sujeito o alvo da mudança, embora para tanto se tomasse como necessário a efetivação de mudanças na comunidade. Entendia-se, então, que a comunidade tinha que se reorganizar para oferecer às pessoas com necessidades educacionais especiais, os serviços e os recursos de que necessitassem para viabilizar as modificações que as tornassem o mais “normais” possível (BRASIL, 1998, p. 18).

Para que tal iniciativa tivesse êxito foi necessário etapas a serem seguidas para um melhor conhecimento de causa que possibilitaria uma melhor execução no processo de integração. A primeira etapa seria uma avaliação por uma equipe multiprofissional para identificar as necessidades e limites de cada indivíduo, na segunda etapa seria a de intervenção com proposta de atividades sugeridas a partir do que foi identificado na anamnese, por fim a terceira etapa seria a execução do processo de integração propriamente dito onde as PCD seriam integrados ao convívio social como qualquer pessoa.

Nos anos 80 e 90 aconteceram diversos eventos no mundo com o objetivo de defender, definir e estabelecer o processo de inclusão das PCD nas escolas e na sociedade. A Constituição de 1988 veio garantir as PCD o direito de frequentar regularmente estabelecimentos de ensino especializado. A Lei Federal 7.853, que se refere à Educação, veio estabelecer a obrigatoriedade gratuita da Educação Especial em escolas públicas de ensino, com multa de reclusão para gestores que não fizessem cumprir tal lei.

Nos anos 90 foi aprovado no Brasil o Estatuto da Criança e do Adolescente reafirmando a execução do que foi estabelecido na Constituição (BATTISTI, 2007, p. 131).

A contemporaneidade está repleta de discursos e percepções acerca da PCD, discursos estes que na sua maioria trazem a ideia da inclusão. O termo inclusão antes de tudo pressupõe que algo ou alguém foi ou está excluído de algum meio.

Ao iniciar tal discussão faz-se necessário esclarecer que o objetivo central não está baseado numa visão maquiadora e sensibilizadora sobre o assunto em debate, com frases e slogans do tipo “Ser diferente é normal”, mas abordar com uma visão crítica sócio histórico e cultural, a forma que a sociedade encarava e encara indivíduos que são estigmatizados visando descrevê-los apenas biologicamente esquecendo da individualidade de um ser humano que partilha de uma sociedade que manifesta a igualdade plena entre os homens onde todos possuem direitos e também deveres.

Muitas das vezes o discurso sobre as pessoas com deficiência não leva em conta as implicações sociais da mesma, destacando apenas a discussão sobre sequelas e movimentos que são ou não capazes de ser realizados. Podemos constatar isto com o pensamento de Carmo (1991, p. 18), onde o autor questiona,

Até que ponto a sociedade atual ao confrontar com uma pessoa em uma cadeira de rodas, parcial ou totalmente imóvel, está preocupada em saber como aquele indivíduo encontra forças para continuar vivendo, uma vez que a quase totalidade das “possibilidades sociais” lhe estão sendo negadas ou se tornaram impraticáveis? Como os (df) se relacionam nas diferentes situações - Trabalho, educação e lazer - do dia-a-dia? O que mudou na forma de conceber a vida para um indivíduo que se tornou “deficiente físico”, vítima de traumatismo acidental? Os (df) congênitos concebem o mundo de forma diferente dos (df) traumáticos? Não seriam os (df)

duplamente discriminados nesta sociedade, enquanto Homens, e enquanto homens “ deficientes”?

Tais ideias baseadas apenas numa visão biológica e que esquecem o aspecto social acabam criando um empobrecimento de pensamentos com uma concepção errônea e preconceituosa de que as PCD são como lesmas que carregam seus caramujos, seus fardos que substituíram a marca de ferro ou a mutilação de membros como era na idade média, onde todos que avistassem o possuidor desta marca logo o identificariam como portador de um corpo supliciado, marcado e exposto a um triste espetáculo.

Segundo Carmo (1991, p. 23),

Esta prática da amputação como mecanismo de punição e estigmatização era muito comum entre os povos antigos, conseguindo sobreviver até os dias de hoje em determinadas civilizações. Estes sinais – amputações – objetivaram informar a todos que o portador era escravo, criminoso ou traidor.

É interessante percebermos que nessa época tinha-se a concepção da associação da maldade com o corpo disforme e mutilado. E nos dias atuais muitas vezes algumas pessoas tem assumido o cargo, o que Foucault em sua obra “Vigiar e Punir” (1987) chama de carrasco contemporâneo, onde cabe o papel de agredir, excluir e estigmatizar afetivamente qualquer indivíduo que não se enquadre aos padrões de “normalidade” instituídos por um conceito clínico, que acaba por se tornar um pré-conceito na sociedade.

Segundo o dicionário Aurélio a palavra deficiência significa falta, carência, insuficiência. É interessante percebermos a relação que por muito tempo existiu entre a deficiência e o portador da mesma como uma relação de pertencimento, onde a PCD tornava-se deficiente em todos os aspectos como indivíduo, podemos observar bem esse aspecto na obra de Foucault “As Palavras e as Coisas” (1966), onde o autor nos leva a pensar como o nome dado as coisas influenciam diretamente em como a vemos e a tratamos.

Se analisarmos conceitos como anormal, deficiente, incapaz, excepcional, especial, dentre outros termos que são usados para designar uma pessoa que não se enquadra num determinado padrão, os quais Carmo (1991, p. 10) chama de “violência simbólica”, que apenas estão direcionados em descrever o indivíduo em seu aspecto físico e psíquico, no que diz respeito ao

que o indivíduo está ou não habilitado a realizar em seu cotidiano e que ainda segundo o autor não leva a nenhuma solução diante do debate em questão. Ainda sobre esse estigma e características que é dada a PCD Golffman (1962, p. 6) afirma “Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída”.

Nossa intenção com esse trabalho é fazer refletir numa sociedade contemporânea a trajetória de indivíduos que não dispõem de um corpo que o possibilite as diferentes vivências e que por isso são condenados a não terem nenhuma vivência, de ambientes sociais que não estão preparados para a recepção de um cadeirante, de escolas onde não dispõem de profissionais que não foram preparados para lidar com alunos que requer uma linguagem que não seja a verbal e por isso tem que ser colocados junto de pessoas que compartilham das mesmas características, sendo privados de relações interpessoais, acabando com o verdadeiro sentido da palavra integração.

Para Sasaki (1997 *apud* BATTISTI, 2010, p. 40),

[...] a integração social, afinal de contas, tem consistido no esforço de inserir na sociedade pessoas com deficiência que alcançaram um nível de competência compatível com os padrões sociais vigentes. A integração tinha e tem o mérito de inserir o portador de deficiência na sociedade, sim, mas desde que ele esteja de alguma forma capacitada a superar essas barreiras físicas, programáticas e atitudinais nela existentes. Sob a ótica dos dias de hoje, a integração constitui um esforço unilateral tão somente da pessoa com deficiência e seus aliados (a família, a instituição especializada e algumas pessoas da comunidade que abracem a causa da inserção social), sendo que estes tentam torná-la mais aceitável no seio da sociedade.

Esta integração não deve servir apenas para que a PCD apenas esteja de corpo presente, mas como uma maneira que esta seja atuante nos diversos sentidos do que é ser um indivíduo sociável e itinerante da sua própria vida, não por pena ou pela construção da síndrome de transformá-lo em um super-herói, mas porque o mesmo necessita de ter uma vida com expectativas, planos e experiências individuais, que lhe proporcionem a construção de uma identidade própria e não uma identidade construída por descrições físicas e psíquicas. Portanto o nosso trabalho objetiva-se em observar como acontece a construção da identidade desses indivíduos nas escolas e em especial nas

aulas de Educação Física a partir dos relatos da comunidade escolar das escolas selecionadas.

CAPÍTULO II

A ARTE IMITA A VIDA

A ARTE IMITA A VIDA

Neste capítulo iremos falar sobre a influência do cinema na sociedade e de como este reflete a respeito das PCD em suas produções, apresentando personagens que a ficção criou com menos fardo, com um toque de humor, muita capacidade e até mesmo um Q de charme e romantismo transformando as PCD em celebridades admirados por muitos, mas que na maioria das vezes não se dão conta de pequenos detalhes.

Ao exibirem os pequenos filmes de 50 e 60 segundos em 28 de dezembro de 1895, mal sabiam os irmãos Lumière à proporção que tomaria o cinema e que mais tarde viria a se tornar a sétima arte mundial. Passados mais de um século desde sua criação o cinema ganhou adeptos no mundo todo causando grande repercussão por suas criações, que desde então produz e problematiza os mais variados temas. (<http://www.infoescola.com/cinema/historia-do-cinema/>)

Assim, não poderia faltar as PCD, que dentre os inúmeros filmes já produzidos destacaremos alguns para que se possa ter uma ideia de como o cinema passou a retratar a questão do deficiente físico de acordo com a época em que se passa o filme.

Uma das produções da Walt Disney que se tornou um clássico foi o filme “O corcunda de Notre Dame”², que reproduziu a obra de Victor Hugo, “Notre Dame de Paris” (1831). O filme conta a história de Quasimodo, um bebê cigano acometido por uma deformidade congênita, que especialistas, a partir da descrição do autor que será relatada abaixo, acreditam ser sífilis congênita tardia.

Não tentaremos dar ao leitor uma idéia desse nariz tetraédrico, dessa boca recurva como uma ferradura; desse pequenino olho esquerdo obstruído por uma sobrelha ruiva e áspera como tojo, enquanto o olho direito desaparecia completamente sob a enorme verruga, dessa dentadura desordenada, aqui e além brechada, como as ameias de um forte; desse lábio caloso, por sobre o qual avança um desses dentes como uma presa de elefante; desse queixo fendido; e principalmente da fisionomia diluída sobre tudo isto; desse misto de malícia, de

² O filme é o 34º longa-metragem em animação da Walt Disney Pictures, foi exibido nos cinemas em 1996 e tem direção de Gary Trousdale e Kirk Wise. Fonte: Disponível em: <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-15941/>. Acesso em: 10 de março de 2012.

estranheza ou de mágoa [...] Uma cabeça gigantesca, erriçada de uma cabeleira ruiva; entre os dois ombros uma bossa enorme que, com o movimento, fazia vulto por diante; um sistema de coxas e pernas tão singularmente descambadas que apenas se podiam aproximar pelos joelhos e que, vistas de frente, pareciam duas lâminas recurvas de foice, unidas pelo cabo; pés largos, mãos monstruosas [...] (<http://medicineisart.blogspot.com/2010/05/o-corcunda-quasimodo-em-notre-drame-de.html>).

A história se passa em Paris em 1482 (Idade Média), quando uma criança de origem cigana é encontrada nos braços de uma mulher, supostamente sua mãe, que fora assassinada. O assassino, que tem por nome Frollo, resolve jogar a criança num poço, mas é impedido por um membro clérigo que o convence a cuidar do bebê como meio de salvação da alma de Frollo, que concordando com a sugestão de religioso, impõe a condição de que aquela criança ficasse escondida no campanário da catedral, a criança recebe o nome de Quasimodo.

Vinte anos depois durante uma festividade, contra a vontade de Frollo, Quasimodo resolve sair e acaba vencendo o concurso da cara mais feia de Paris. Devido a tal fato, ele passa a ser ridicularizado e torturado pela multidão, que mais tarde o trata como herói ao salvar Esmeralda da fogueira, uma cigana que o defende das pessoas que o querem agredir durante a festa.



Imagem 01: Personagem Quasimodo do Filme O Corcunda de NotreDame.
Fonte: <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-15941/>

Kanner (1964, *Apud*, BRASIL, 1998, P.7) relata que a única ocupação para os retardados mentais, deficientes encontrada na literatura antiga é a de bobo ou de palhaço, para a diversão dos senhores e de seus hóspedes.

Retratando a época contemporânea temos o universo do filme “Procurando Nemo”³. O simpático peixinho, personagem central, possui uma deficiência física em uma de suas nadadeiras, que carinhosamente é chamada por seu pai de “a nadadeira da sorte” como uma tentativa de amenizar a aparência corporal do filho diante dos demais peixes. O filme é repleto de personagens com alguma deficiência, a exemplo de Nemo que além de ter uma das nadadeiras menor, é agitado, impulsivo, destemido características típicas de TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade, Dory que sofre de perda de memória recente e também possui características de TDAH por ser desatenta, desastrada e agitada, temos também a presença do peixe Gil que após sofrer um acidente tem uma de suas nadadeiras mutiladas, Bubbles um peixe alucinado por bolhas, um camarão que não tem o nome mencionado e que possui mania de limpeza TOC (Transtorno Obsessivo Compulsivo), um baiacu chamado Bolota que apresenta comportamento de síndrome do pânico inflando toda vez que passa por situações de medo.

O filme inicia com o primeiro dia de aula do peixinho Nemo onde podemos constatar a super proteção do pai com relação ao filho, e de como ele ao tentar cercar o filho de cuidados, indiretamente acaba por excluí-lo do convívio social com seus colegas não portadores de deficiência, colocando a limitação física como um empecilho de frequentar a escola. É neste contexto que aparece o professor, que tenta incluir Nemo no convívio com outras crianças.

Nemo cansado de receber tal tratamento do pai resolve mostrar que é capaz de viver e realizar tarefas do cotidiano como qualquer outro peixe e acaba entrando numa aventura cheia de dificuldades a serem superadas, fazendo com que ele e seu pai de certa forma equilibrem seus pontos de vista.

4 Procurando Nemo é o primeiro longa-metragem produzido pela Pixar, teve direção de Andrew Stanton, Lee Unkrich Com Albert Brooks, Ellen DeGeneres, Alexander Gould e foi lançado nos cinemas em 2003 nos EUA. (<http://www.adorocinema.com/filmes/filme-15941/> acessado em 10 de março de 2012)



Imagem 02: Personagem Nemo do filme Procurando Nemo.
Fonte: <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-15941/>.

É por conta dos problemas citados anteriormente tais como superproteção, que alguns portadores de deficiência desenvolvem um comportamento “anti-social” como podemos comprovar em um dos personagens do filme em questão, o peixe Gil, que sempre aparece mais isolado e com poucas palavras e só se sente mais à vontade para falar de sua limitação, que no caso dele foi adquirida (uma das nadadeiras mutiladas) frente a um “igual”, na ocasião Nemo. Podemos ver no comportamento de Gil, a tentativa de encorajar e convencer Nemo que a sua condição de portador de deficiência não o faz incapaz de executar tarefas, como podemos constatar no discurso de Goffman (1891, p. 10).

A vergonha se torna uma possibilidade central, que surge quando o indivíduo percebe que um de seus próprios atributos é impuro e pode imaginar-se como um não-portador dele. A presença próxima de normais provavelmente reforçará a revisão entre auto-exigências e ego, mas na verdade o auto-ódio e a autodepreciação podem ocorrer quando somente ele e um espelho estão frente a frente.

Reforçando o que foi dito na citação a cima destacaremos abaixo uma fala de uma mulher que ao longo da obra de Goffman descreve como foi sua infância e parte da sua vida onde a mesma convivia com uma arrinia que se trata de uma má formação congênita que consiste na ausência do nariz.

Quando finalmente me levantei... e aprendi a caminhar novamente, apanhei um espelho e me dirigi a um outro maior, fixo, para me olhar, sozinha. Eu não queria que ninguém soubesse como me sentia ao me ver pela primeira vez. Mas não houve barulho nem choro; não gritei de raiva quando me vi. Simplesmente fiquei estarecida. Aquela pessoa no espelho não poderia ser eu. Eu me sentia por dentro como uma pessoa

comum, feliz, saudável - não como aquela que eu via! Ainda assim, quando virei o rosto para o espelho, lá estavam meus próprios olhos olhando para trás, ardentes de vergonha... quando não chorei nem tampouco fiz qualquer barulho, tornou-se impossível para mim falar sobre isto com alguém, e a confusão e o pânico provocados por minha descoberta foram trancados dentro de mim para encará-la sozinha, durante muito tempo ainda.

Aos poucos esqueci o que havia visto no espelho. Aquilo não podia penetrar no interior de minha mente e converter-me em parte integral de mim. Sentia-me como se não houvesse nada comigo; era apenas um disfarce. Mas não era o tipo de disfarce que é voluntariamente colocado pela pessoa que a usa com o objetivo de confundir os outros sobre sua identidade. Meu disfarce foi posto em mim sem o meu consentimento ou conhecimento, como ocorre nos contos de fadas e foi a mim mesma que ele confundiu quanto a minha própria identidade. Eu me olhava no espelho e era tomada de horror porque não me reconhecia. No lugar em que me encontrava, com aquela exaltação romântica persistente em mim, como se eu fosse uma pessoa favorecida e afortunada para quem tudo era possível, eu via uma figura estranha, pequena, lastimável, horrenda e um rosto que se tornava, quando eu o olhava fixamente, doloroso e vermelho de vergonha. Era só um disfarce mas estava em mim para o resto da vida. Estava lá, estava lá, era real. Cada um desses encontros era como uma espécie de explosão na cabeça. Eles deixavam-me sempre entorpecida, muda e insensível até que, aos poucos, obstinadamente, a forte ilusão de bem-estar e beleza pessoal voltava a me invadir: eu esquecia a irrelevante realidade e ficava despreparada e vulnerável novamente (GOFFMAN, 1891, p.10,11).

No trecho acima podemos constatar a oscilação de sentimentos que a incomoda no que se refere a sua própria aceitação e na aceitação das demais pessoas. Quando falamos de aceitação estamos falando de uma situação central e constante da vida e de como a pessoa estigmatizada responde a tal situação, onde nem sempre a deficiência é passível de correção.

A partir de tal fato podemos mencionar o fator “vitimação” onde o indivíduo é levado por um embaraço de sentimentos a se colocar na posição de vítima que poderá levá-la a um estado de depressão e abandono de si mesmo.

O que propomos através desse trabalho é voltar o nosso olhar para este indivíduo com deficiência para vê-lo além da deficiência, vê-lo como um todo, como um aluno, um cidadão com necessidades e limitações, que eles não são “especiais” por ter algum tipo de estigma. Assim, este trabalho propõe discutir

como nós estamos incluindo esses indivíduos no convívio escolar que conseqüentemente o levará ao convívio social.

Para Sasaki (1997 *apud* BATTIST, 2010, p. 40),

[...] a integração social, afinal de contas, tem consistido no esforço de inserir na sociedade pessoas com deficiência que alcançaram um nível de competência compatível com os padrões sociais vigentes. A integração tinha e tem o mérito de inserir o portador de deficiência na sociedade, sim, mas desde que ele esteja de alguma forma capacitada a superar essas barreiras físicas, programáticas e atitudinais nela existentes. Sob a ótica dos dias de hoje, a integração constitui um esforço unilateral tão somente da pessoa com deficiência e seus aliados (a família, a instituição especializada e algumas pessoas da comunidade que abracem a causa da inserção social), sendo que estes tentam torná-la mais aceitável no seio da sociedade.

O movimento de isolamento que é feito pelo deficiente e por seus parentes também pode ser percebido na leitura feita do filme “De Porta em Porta”⁴. Esta obra cinematográfica baseada em fatos reais conta a história de Bill Potter que é portador de paralisia cerebral leve, que em seu convívio quase que única e exclusivamente com sua mãe, o personagem consegue um emprego de vendedor de porta em porta. No início de sua carreira ele sofre muito com o preconceito relacionado à sua condição de deficiente, mas com muita persistência e tática ele consegue progredir em seu trabalho.

O interessante a se perceber no perfil do personagem é o traço do isolamento, onde ele tenta a todo momento provar que não precisa de ninguém, como se quisesse mostrar que consegue viver sozinho, fugindo de um relacionamento mais íntimo e pessoal com qualquer pessoa. É notório que para a maioria das PCD esses comportamento tornam-se quase que parte de sua personalidade, como afirma Goffman (1991, p. 9),

Parece também possível que um indivíduo não consiga viver de acordo com o que foi efetivamente exigido dele e, ainda assim, permanecer relativamente indiferente ao seu fracasso; isolado por sua alienação, protegido por crenças de identidade

⁴ O drama De porta em porta é baseado em fatos reais, tem produção de Warren Carr e direção de Steven Schachter foi lançado em 2002, tem como protagonista o ator William H. Macy,. (<http://www.adorocinema.com/filmes/filme-15941/> acessado em 10 de março de 2012).

próprias, ele sente que é um ser humano completamente normal e que nós é que não somos suficientemente humanos. Ele carrega um estigma, mas não parece impressionado ou arrependido por fazê-lo. Essa possibilidade é celebrada em lendas exemplares sobre os menonitas, os ciganos, os canalhas impunes e os judeus muito ortodoxos.



Imagem 03: Bill Porter que inspirou o filme De porta em Porta e ao lado o ator William H. Macy interpretando o personagem Bill Porter.

Fonte: <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-15941/>.

A partir das histórias dos filmes podemos perceber como o discurso cinematográfico tenta inserir na mentalidade dos indivíduos o novo olhar com relação a PCD, para tal devemos levar em consideração que o cinema é uma produção humana e logo é dotada de intencionalidade e possui uma grande carga discursiva que é direcionada a um público específico.

Se fizermos uma análise, podemos perceber que ao longo da própria história do cinema a deficiência sempre foi apagada ou vista como algo sombrio e feio, onde os vilões na maioria das vezes eram os indivíduos que possuíam algum tipo de deficiência, podemos perceber que há alguns anos o cinema passa a lançar um novo olhar sobre esses indivíduos em muitas produções.

Os exemplos são vários e não estão presentes apenas no cinema, um pouco antes dos anos 90 temos o surgimento de um herói dos quadrinhos que mais tarde se torna uma obra cinematográfica “O Demolidor⁵”. Tal obra retrata

⁵ Demolidor é o segundo herói cego dos quadrinhos em HQ. Sua obra cinematográfica foi lançada em 2003 com direção de Mark Steven Johnson e roteiro baseado nos personagens de Stan Lee, Bill Everet e Frank Miller. (<http://www.adorocinema.com/filmes/filme-15941/> acessado em 10 de março de 2012)

o protagonista como deficiente visual, onde a deficiência não o impede de vencer seus inimigos.

É interessante percebermos que o personagem principal do filme que tem por característica a cegueira é completamente independente. Tal personagem com o tempo desenvolveu habilidades próprias, tais como a locomoção sozinho com o auxílio de uma bengala, audição e olfato muito apurados que são características de pessoas deficientes visuais, dentre as habilidades citadas aparece com destaque a luta. Tal fato nos leva a questionar a participação de alunos cegos nas aulas onde se esteja trabalhando o conteúdo lutas na escola e de como seria o convívio deste aluno com os demais de sua sala.

Diante de tal curiosidade, Goffman (1891, p. 8) aborda,

Alguns podem hesitar em tocar ou guiar o cego, enquanto que outros generalizam a deficiência de visão sob a forma de uma gestalt de incapacidade, de tal modo que o indivíduo grita com o cego como se ele fosse surdo ou tenta erguê-lo como se ele fosse aleijado. Aqueles que estão diante de um cego podem ter uma gama enorme de crenças ligadas ao estereótipo. Por exemplo, podem pensar que estão sujeitos a um tipo único de avaliação, supondo ou o indivíduo cego recorre a canais específicos de informação não disponíveis para os outros.



Imagem 04: Personagem da obra cinematográfica e das histórias em quadrinhos Demolidor.

Fonte: <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-15941/>.

Temos também um grupo de super-heróis denominados de “X-MEN”⁶, com a presença do professor Charles Xavier que mesmo “preso” a sua cadeira de rodas é o líder do grupo de pessoas dotadas de super poderes e denominadas de mutantes pela sociedade. Os X-Men são mutantes humanos que nasceram com super habilidades, que geralmente se manifestavam na puberdade. Conseqüentemente, em suas histórias, vários homens comuns têm um intenso medo e desconfiança dos mutantes, que são vistos pelos cientistas como o novo grau da evolução humana. Logo, muitos os consideram uma ameaça à sociedade humana.

Sobre isto Goffman (1891, p. 8), afirma,

As atitudes que nós, normais, temos com uma pessoa com um estigma, e os atos que empreendemos em relação a ela são bem conhecidos na medida em que são as respostas que a ação social benevolente tenta suavizar e melhorar. Por definição é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano.



Imagem 05: Professor Charles Xavier líder dos Ex-Men em sua cadeira de rodas com seus alunos.

Fonte: <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-15941/>.

Esta mudança na visão lançada sobre a pessoa com deficiência não é por acaso, assim como o discurso médico passa a ver de um novo modo a deficiência o cinema passa a ter também esse novo olhar e a ter essa nova perspectiva. Porém, o mais interessante é analisar como este novo olhar pode ser um aliado não apenas à produção cinematográfica, mas, com a intenção de

⁶ O X-Men é uma equipe de super-heróis de histórias em quadrinhos publicada nos Estados Unidos pela Marvel Comics. Criados por Stan Lee e Jack Kirby em 1963 (<http://www.adorocinema.com/filmes/filme-15941/> acessado em 10 de março de 2012)

criar uma mentalidade inclusiva nas pessoas que assistem a esses filmes, passando não apenas a ideia de superação, mas também a de que as PCD são quase que super-heróis reais do cotidiano, ou seja, o olhar sobre alguém deficiente por este ponto de vista é quase que extremista, ou ele é visto como o pobre coitado rejeitado e ao mesmo tempo carente por ser impossibilitado ou é visto como um grande exemplo de vida a ser seguido como sendo um exemplo de superação. O que às vezes passa despercebida e que eles são pessoas como nós com necessidades e limites semelhantes e diferentes dos nossos, mas não necessidades especiais, afinal necessidades sempre são necessidades elas não são especiais só porque o indivíduo possui alguma deficiência.

Como diria Mantoan (2005, p. 1), inclusão

É a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro, e assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que tem comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até mesmo na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já a inclusão é estar com, é interagir com o outro.

Desta forma, a Arte imita a Vida e assim como nos filmes apresentados. No nosso cotidiano nos deparamos com situações que nos remetem a cenas dos filmes mencionados tais como, cuidado excessivo com alguma PCD ou, então, o ignoramos, nos afastamos por não saber como agir, sentimos compaixão. Essas atitudes são decorrentes de falta de conhecimento, medo ou até mesmo preconceito e é a escola o local onde mais percebemos essas mudanças que podem ser corrigidas para que possamos ter a oportunidade de saber conviver com as diferenças desfazendo o nosso imaginário a respeito das PCD.

CAPÍTULO III

EDUCAÇÃO FÍSICA, INCLUSÃO, CIDADANIA E EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO FÍSICA, INCLUSÃO, CIDADANIA E EDUCAÇÃO

Neste capítulo iremos discorrer sobre o processo histórico brasileiro a respeito da efetivação da inclusão de alunos com deficiência em escolas regulares, sobre as consequências que aconteceram ao longo dos anos em nosso país, além de como podemos melhor encarar a presença de um aluno deficiente em sala de aula e em especial nas aulas de Educação Física.

Como é bem sabido por nós, os maiores ambientes sociais nos quais a criança e o adolescente estão inclusos são a família e a escola. Deste modo, torna-se completamente aceitável dizer que estes dois ambientes distintos são responsáveis pela criação dos vínculos afetivos e dos valores morais e éticos do indivíduo, sendo responsáveis pela formação para a aceitação ou não do indivíduo com deficiência por parte da criança.

Tendo em vista que a escola é também um ambiente disciplinar, que tem como pretensão formar um indivíduo que seja capaz de exercer a cidadania e que a mesma consiste também numa série de direitos e deveres do indivíduo, faz-se necessário traçar um pequeno panorama sobre a evolução dos direitos dos deficientes relacionados à denominada “educação inclusiva” no Brasil.

O Brasil no século XIX tomou como base concretizações bem sucedidas na Europa e Estados Unidos para iniciar a organização de serviços destinados a deficientes auditivos, visuais, mentais e físicos no âmbito educacional. Em 12 de setembro de 1854 tem a primeira providência neste sentido sendo oficializada por D. Pedro II, tal fato é apresentado por Mazzota (2005, p. 28) “[...] através do Decreto Imperial n 1.428, D. Pedro II fundou, na cidade do Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos”.

Junto a esse grande acontecimento o nome de José Álvares de Azevedo, um cego brasileiro que estudou no Instituto dos Jovens Cegos de Paris, e teve grande participação no processo de fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos que mais tarde mudou o nome para Instituto Benjamim Constant. Também destaca-se o nome de Ernesto Huet que através de grande esforço fundou o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos em 26 de setembro de 1857. Sobre esta criação Mazzota (2005) afirma que a educação neste instituto era de caráter literário e destinada aos meninos surdos de idade entre 7 e 14

anos e que tempos depois ambos os institutos inseriram oficinas profissionalizantes.

No século XX, o primeiro grande avanço jurídico relacionado aos deficientes foi a Declaração dos Direitos Humanos de 1948, a qual prevê uma educação igual para todos, pois segundo a Declaração “Todo ser humano tem direito a Educação”. Tal pensamento jurídico influencia as leis que iremos ver no decorrer deste capítulo. Tal declaração vem a incentivar uma maior propagação da educação de PCD, visto que

Na primeira metade do século XX, portanto, até 1950, havia quarenta estabelecimentos de ensino regular mantidos pelo poder público, sendo um federal e os demais estaduais, que prestavam algum tipo de atendimento escolar especial a deficientes mentais (MAZZOTA, 2005, p. 31).

Em meados dos anos de 1960 a educação para indivíduos com deficiência se alastrava cada vez mais pelo Brasil através de inúmeras instituições, sendo assim, a LDB (Lei nº 4024 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1961), ressaltava que a educação dos excepcionais (termo usado na época da elaboração da lei) deveria enquadrar-se na educação geral.

Já nos anos de 1970 a Constituição Brasileira afirmou pela primeira vez o direito da pessoa deficiente de desfrutar de melhores condições socioeconômicas e o direito a Educação Especial (termo usado à época) gratuita.

Entre os anos de 1980 e 1990, vários fatores no campo da educação e das políticas públicas favoreceram a defesa da educação inclusiva, um exemplo disso é a Constituição de 1988 que garantiu atendimento de alunos com deficiência na rede regular de ensino. A Lei Nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, prevê obrigatoriedade e gratuidade para a Educação Especial em escolas públicas com multa e reclusão para os gestores que não obedecerem a referida lei. Tal lei visava através do art. 1, inciso 1º “[...] a igualdade de tratamento e oportunidade, da justiça social, do respeito à dignidade da pessoa humana, do bem-estar, e outros, indicados na Constituição ou justificados pelos princípios gerais de direito”.

Em 1994, em Salamanca na Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994, é assinada a Declaração de Salamanca, documento em que os delegados da

Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais reafirmam o compromisso para com a educação para todos que visa informar sobre princípios, políticas e práticas em Educação Especial. Tal documento garante os direitos educacionais sem discriminação.

No ano de 1996 a LDB - Lei 9394/96, nos artigos 58, 59 e 60 assegura a inclusão de PCD na rede regular de ensino como afirmava a Legislação Federal pela lei Lei Nº 7.853, de 24 de outubro de 1989.

Finalmente é efetivada em 2001 as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica que destaca duas vertentes: a organização dos sistemas de ensino para o atendimento ao aluno que apresenta necessidades educacionais especiais e a formação do professor.

Segundo Fonseca (1995 *apud* BATTISTI, 2007, p. 132)

O direito a igualdade de oportunidades educacionais é o resultado da luta histórica das “militantes” dos direitos humanos, luta que implica em obrigatoriedade de o Estado garantir gratuitamente unidade de ensino para todas as crianças quer seja deficiente ou não.

Durante este breve histórico, no tocante ao processo de oportunização da educação das PCD, pudemos chegar a um diagnóstico dessa “batalha” que era travada por poucos, visto que tal iniciativa não produziria lucros e não tinha um objetivo coletivo a ser alcançado. O fato é que podemos afirmar que essas pessoas precursoras da inclusão social educacional eram possuidoras de uma visão além de seu tempo e grandes colaboradores para um avanço sem igual na vida de pessoas de gerações futuras.

Com respeito ao componente curricular Educação Física, imaginamos o tamanho desconforto por parte de estudantes com deficiência de épocas passadas onde o corpo atlético era tido como possuidor de saúde e perfeição através do ensino calistênico. A formação do professor de Educação Física só desenvolve atividades relacionadas a PCD em 1987. Diante dessa particularidade envolvendo as aulas de Educação Física, Cidade e Freitas (2002 *apud* AGUIAR; DUARTE, 2005, p. 224) afirmam:

No que concerne à área da Educação Física, a Educação Física Adaptada surgiu oficialmente nos cursos de graduação, por meio da Resolução número 03/87, do Conselho Federal de Educação, que prevê a atuação do professor de Educação Física com o portador de deficiência e outras necessidades especiais. A nosso ver, esta é uma das razões pelas quais

muitos professores de Educação Física, hoje atuando nas escolas, não receberam em sua formação conteúdos e/ou assuntos pertinentes à Educação Física Adaptada ou à inclusão.

É interessante percebermos que mesmo nos dias atuais a formação pedagógica nos cursos de Educação Física, e em outros processos de formação, tais como congressos e cursos de pós-graduação, deixa a desejar quanto à presença de conteúdos que expliquem e preparem o professor para lidar com possíveis alunos com deficiência em sala de aula. Tal fato acaba, por assim dizer, efetuando a exclusão de professores que desejam um aperfeiçoamento de seus conhecimentos nesta área além de negar possibilidades ao professor de Educação Física no que diz respeito ao conhecimento da Educação Física inclusiva.

Duarte (2003 *apud* AGUIAR; DUARTE, 2005, p. 224) nos diz que,

Somente a partir da última década, os cursos de Educação Física colocaram em seus programas curriculares conteúdos relativos às pessoas com necessidades especiais e que o material didático que trata das formas de trabalho com essa população, escrito em nossa língua, é escasso.

Também não poderíamos deixar de ressaltar que a Educação Física é o único componente curricular com legislação específica onde alguns alunos são dispensados das aulas devido a dificuldades biológicas, tais como: paralisia dos membros inferiores, epilepsia, patologias cardíacas, dentre outras dificuldades, que de certa forma dificulta a efetivação de uma Educação Inclusiva nas aulas de Educação Física e priva o aluno de uma vivência corporal ímpar, como afirma o Coletivo de Autores (1992, p. 50):

[...] a Educação Física é uma prática pedagógica que, no âmbito escolar, tematiza formas de atividades expressivas corporais como: jogo, esporte, dança, ginástica, formas estas que configuram uma área de conhecimento que podemos chamar de cultura corporal.

Deixar que o aluno com deficiência não seja participante das aulas práticas de Educação Física é um ato que priva o aluno de ter oportunidade do auto conhecimento corporal e do reconhecimento e superação de seus limites na execução de movimentos, é encarar tal componente curricular como mera repetição de movimentos perfeitos descartando o princípio da individualidade

biológica, bem como o conhecimento filosófico a respeito do corpo e do ambiente em que este está inserido, como constatamos na citação abaixo.

Os movimentos renovadores da Educação Física do qual faz parte o movimento dito “humanista” na pedagogia, se caracterizam pela presença de princípios filosóficos em torno do ser humano, sua identidade, valor, tendo como fundamento os limites e interesses do homem (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 55).

Ainda sobre o que foi dito acima, associamos o que Carvalho, 1998; Oliveira; Poker, 2002 (*apud* AGUIAR; DUARTE, 2005, p. 224) apontam

O paradigma da escola inclusiva pressupõe, conceitualmente, uma educação apropriada e de qualidade dada conjuntamente para todos os alunos – considerados dentro dos padrões da normalidade com necessidades educacionais especiais – nas classes do ensino comum, da escola regular, onde deve ser desenvolvido um trabalho pedagógico que sirva a todos os alunos, indiscriminadamente. Sendo assim, o ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos, independente de seu talento, deficiência (sensorial, física e cognitiva), origem sócio-econômica, étnica ou cultural.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental podemos constatar que a materialização das aulas deve vir de forma a combater a exclusão social, proporcionando ao aluno uma vivência pluralista em todos os âmbitos sociais, como podemos confirmar nos tópicos abaixo.

- Compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;
- Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais;
- Participar de atividades corporais, estabelecendo relações equilibradas e construtivas pessoais, físicas, sexuais ou sociais;
- Participar de diferentes atividades corporais, procurando adotar uma atitude cooperativa, sem discriminar os colegas pelo desempenho ou por razões sociais, físicas, sexuais ou culturais;
- Participar de atividades corporais, reconhecendo e respeitando algumas de suas características físicas e de desempenho motor, bem como as de seus colegas, sem

discriminar por características pessoais, físicas, sexuais ou sociais;

- Conhecer, valorizar, apreciar e desfrutar de algumas das diferentes manifestações de cultura corpórea, adotando uma postura não-preconceituosa ou discriminatória por razões sociais, sexuais ou culturais (BRASIL, 1998, p. 7;43;63;71;72).

Faz-se necessário aqui afirmar, que muitas vezes estamos discriminando o que o aluno não consegue fazer e esquecemos o que ele consegue realizar. É de suma importância que haja um despertar para com o aluno por parte do professor enquanto incentivador e promotor do saber, para que aconteça uma vivência do que o corpo do aluno com deficiência está proposto a fazer.

Vygotski (1995, p. 32) em sua obra Fundamentos de Defectologia, afirma que,

A educação das crianças com diferentes defeitos deve basear-se no fato de que simultaneamente com o defeito estão dadas também as tendências psicológicas de uma direção oposta; estão dadas as possibilidades de compensação para vencer o defeito e de que precisamente essas possibilidades se apresentam em primeiro plano no desenvolvimento de crianças e devem ser incluídas no processo educativo como sua força motriz, (...) Não é importante saber só qual doença tem a pessoa, mas também que pessoa tem a doença. O mesmo é possível com relação à deficiência. É importante conhecer não só o defeito que tem afetado uma criança, mas que criança tem tal defeito.

Aqui podemos constatar que o autor vem discutir a respeito do conhecimento da deficiência que a criança possui, conhecimento esse que se torna de suma importância para o professor e o aluno. Porém, o que não podemos descartar é que esse conhecimento não deve ser tratado apenas com informações a serem dadas a respeito do aluno, mas informações a serem proveitosas na concretização das aulas junto a esse aluno.

Ainda em sua obra Vigotski (1995, p. 45) diz que:

É um equívoco ver na anormalidade só uma enfermidade. Na criança anormal nós só vemos o defeito e por isso nossa teoria sobre a criança, o tratamento dado a ela, se limitam a constatação de uma porcentagem de cegueira, surdez ou alterações do paladar. Detemo-nos nos grammas de enfermidade e não notamos os quilos de saúde. Notamos os

defeitos e não percebemos as esferas colossais enriquecidas pela vida que possuem as crianças que apresentam anormalidades.

Finalizamos este capítulo chegando a conclusão de que quando se trata da inclusão de PCD nas escolas regulares nos deparamos com uma escola que deve oferecer uma educação conjunta para todos, onde mais importante do que apresentar problemas e propostas em projetos sociais e pedagógicos indagando possibilidades e probabilidades do que seja necessário implantar, devemos atentar para o desafio da inclusão, deixando de enfatizar perguntas, começando a apresentação de soluções, no que diz respeito ao processo de inclusão de pessoas com deficiência nas aulas de Educação Física, buscando uma gestão democrática nas diversas áreas da organização escolar.

CAPÍTULO IV

**CAMINHANDO COM ALUNOS, PAIS, PROFESSORES E
GESTÃO ESCOLAR**

CAMINHANDO COM ALUNOS, PAIS, PROFESSORES E GESTÃO ESCOLAR

OBJETIVO GERAL

- Analisar como acontece a participação de alunos com deficiências nas aulas de Educação Física.

OBJETIVOS ESPECIFICOS

- Mapear as escolas da rede pública municipal, pública estadual e particular da cidade de Campina Grande-PB, onde estejam matriculados alunos com deficiência;
- Selecionar 03 escolas sendo uma pública municipal, uma pública estadual e uma particular a serem pesquisadas;
- Analisar a estrutura física das escolas selecionadas;
- Identificar as formas de participação de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física;
- Analisar as aulas de Educação Física com a participação de alunos com deficiência.

TIPO DE PESQUISA

Esta pesquisa foi de caráter descritiva com análise qualitativa de dados.

POPULAÇÃO

Três escolas da cidade de Campina Grande-PB, sendo estas, uma da rede pública municipal, uma da rede pública estadual e uma da rede particular.

AMOSTRA

Três turmas de Educação Física, que envolveram três professores de Educação Física, alunos com e sem deficiência, pais de alunos com e sem deficiência, gestores das escolas selecionadas da cidade de Campina Grande-PB, somando 42 pessoas a serem pesquisadas.

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Foram selecionadas 3 turmas, uma de cada escola pesquisada, sendo uma da rede pública municipal, outra da rede pública estadual e a terceira da rede particular em que tivessem alunos com deficiência matriculados regularmente e assíduos nas turmas propostas.

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Para coleta de dados utilizamos um instrumento de pesquisa sendo este questionário, onde se diferenciava entre: gestores, professores, pais de alunos com deficiência e não deficiente, alunos com deficiência e alunos não deficientes totalizando 42 questionários, para que se pudesse fazer uma análise de como acontece a chegada de tais alunos nas escolas, sua recepção, dificuldades e seu convívio social escolar com professores e companheiros de sala de aula, além de questões relacionadas quanto a estrutura da escola, formação e capacitação de professores.

PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

No primeiro momento, realizamos visitas à algumas escolas municipais, estaduais e particulares para que pudéssemos registrar a presença de possíveis alunos com deficiência matriculados.

À medida que era localizada uma escola onde tivesse um aluno com deficiência matriculado, procuramos a direção, apresentamos nossa proposta de pesquisa e obtivemos a autorização institucional, que foi enviado ao Comitê de Ética da UEPB, sendo aprovado em 10 de maio de 2012, com CAEE 02394412.5.0000.5187

CAPÍTULO V

ANÁLISE DOS DADOS

O JOGO DA VIDA: DESAFIOS NO CAMPO ESCOLAR

O JOGO DA VIDA: DESAFIOS NO CAMPO ESCOLAR

Durante o desenvolvimento da pesquisa aplicamos 6 questionários que foram distribuídos em seis grupos: gestores (3), professores de Educação Física (3), alunos com deficiência (3), pais dos alunos com deficiência (3), alunos não deficientes - (15) e pais dos alunos não deficientes (15).

Dos 42 questionários, 02 foram descartados, sendo um de aluno não deficiente e outro de seu respectivo responsável, pois os mesmos não entregaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE devidamente assinados, somando 40 questionários documentados na pesquisa.

Para o início da pesquisa, fomos diretamente à direção de algumas escolas, apresentando nossa proposta de pesquisa e perguntando se havia a presença de algum aluno com deficiência matriculado na escola, caso não houvesse a escola era descartada automaticamente.

Após a seleção da escola municipal, da escola estadual e da escola particular que houvesse um aluno com deficiência matriculado foi solicitado a direção autorização institucional para que assim pudéssemos dar início a pesquisa. Com a devida autorização em mãos, por parte dos gestores, enviamos o projeto ao Comitê de Ética da UEPB, onde o mesmo obteve aprovação através do CAAE: 02394412.5.0000.5187, com Número do Comprovante: 052075/2012. Após a aprovação por parte do Comitê de Ética da UEPB, voltamos às respectivas escolas e iniciamos a etapa de coleta de dados. Ao reestabelecermos o contato com a direção das escolas selecionadas, aplicamos os questionários com os gestores e os professores de Educação Física e em seguida iniciamos o contato direto com os alunos da turma onde havia o respectivo aluno com deficiência.

Ao chegar à turma houve a apresentação da pesquisa e deixamos de livre escolha, por parte dos alunos, que manifestassem o interesse em participar da pesquisa proposta, então entregamos os questionários acompanhados do TCLE em uma pasta onde os alunos deveriam levar para suas residências e apresentarem a seus pais para que os mesmos pudessem

responder os questionários dos pais e assinarem os dois TCLE, sendo um seu e o outro como responsável pelo aluno.

OS JOGADORES EM SUAS DEVIDAS POSIÇÕES

Para a escrita dos resultados e discussões estabelecemos algumas siglas, são elas:

- Gestor da Escola Pública Municipal - GEM,
- Gestor da Escola Pública Estadual - GEE,
- Gestor da Escola Particular - GEP,
- Professor da Escola Pública Municipal - PEM,
- Professor da Escola Pública Estadual - PEE,
- Professor da Escola Particular - PEP,
- Aluno Com Deficiência - ACD,
- Aluno Não Deficiente - AND,
- Pai de Aluno Com Deficiência - PACD,
- Pai de aluno Não Deficiente - PAND.

GESTÃO RIMA COM INCLUSÃO?

O GEM está na gestão da escola há três anos, possui Graduação e Especialização na área de Educação, além de cursos específicos para trabalhar com ACD fornecidos pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE e a Secretaria de Educação do Município de Campina Grande-PB.

Em seu questionário relatou que a estrutura da escola não está totalmente adaptada para a recepção de alunos com dificuldades de locomoção e que não há momentos específicos para se trabalhar com todos os professores o tema inclusão no planejamento, nos informando que “O planejamento é feito junto aos professores que receberam alunos deficientes separadamente [...] ou na semana pedagógica do município e outros cursos que ao longo do ano a secretaria de educação vai avisando” (GEM).

Na escola existe uma equipe multidisciplinar com Psicólogo, Assistente Social, Supervisora e Orientadora Educacional, que desempenham o processo de inclusão e no quesito da presença de tópicos que envolvam o processo de inclusão de ACD no Projeto Político Pedagógico – PPP, ele relata que o mesmo está passando por ajustes.

A GEE está na gestão há um ano e dez meses, possui Graduação em Ciências Sociais e não possui cursos específicos para trabalhar com ACD.

Quanto a estrutura da escola ser adaptada, ela relata que ainda necessita de ajustes e no que se refere ao planejamento escolar a gestora afirma ter planejamentos mensais com a coordenação de Educação Inclusiva referentes a sala de recursos, representada por uma coordenadora da sala de recursos na escola e, também, afirma ter cursos como Formação Continuada e Atendimento Educacional Especializado fornecido pela Secretaria de Educação do Estado da Paraíba.

Na Escola Estadual não há equipe multidisciplinar e quanto ao PPP ela afirma que “Há uma proposta inclusiva do AEE (Atendimento Educacional Especializado), está concluída e a mesma estará em anexo PPP da instituição” (GEE).

Quanto ao fato da ausência de uma equipe multidisciplinar Sant’Ana (2005, p.231) ressalta que

A ausência de uma equipe formada por especialistas de diferentes áreas que atue em conjunto com os docentes e diretores parece ser um obstáculo importante para a realização de ações e projetos comprometidos com os princípios inclusivos.

O GEP afirma ser Graduado em Administração de Empresas e não possui cursos quanto ao trato com aluno ACD.

A respeito da estrutura da escola ele afirma estar totalmente adaptada, com rampas, banheiros, corrimãos, e no quesito planejamento ele relata ter espaço para tratar da presença de alunos ACD no que ele descreveu como trato educacional (planejamento e aprendizagem do aluno).

Quanto aos cursos oferecidos aos professores a respeito de alunos ACD, o gestor relata que acontece um “Encaminhamento para instituições que realizam o curso e que entram em contato com a escola” (GEP). Ele também relata não haver tópicos no PPP da escola quanto à presença de aluno ACD e

que a escola dispõe de Psicóloga e coordenadora em sua equipe multidisciplinar.

Durante a análise dos dados dos gestores foi interessante perceber que dos três gestores em questão nenhum cita momentos em que o corpo docente da escola esta junto para que possam debater sobre a inclusão de alunos ACD na escola como um todo. A respeito dessa necessidade Freire (2009, p. 29) nos diz que “Fomos treinados para pensar e agir em função do individual, quando, na verdade, os problemas mais graves do mundo atual requerem pensamentos e ações dirigidos para o coletivo”.

Os gestores afirmam ter momentos específicos para os professores que tem aluno ACD em alguma turma, como no caso da Escola Municipal onde há uma pessoa responsável pela sala de recursos que vai fazer cursos e repassa informações para os professores que tenham um aluno deficiente em sua sala, ou como na Escola Particular onde algumas instituições vão até a escola oferecendo cursos referente ao trato com alunos deficientes, a escola então encaminha o professor em questão para a realização do curso, assim como acontece na escola particular, o que é necessário e importante, mas há necessidade de ser feito essa discussão no coletivo, junto aos demais professores.

Tal organização nos remete a uma maior reflexão e questionamento a respeito do processo e preparação do professor no cotidiano das escolas, como se estas só fosse de interesse dos professores que tenham um aluno ACD e que reuniões e planejamentos que tratem sobre este assunto não seria de interesse dos demais professores, e nem de outros funcionários que compõe a escola, sobre isto Cruz, Razente e Mangabeira (2003, p. 212) afirmam:

No que tange à problemática da inclusão escolar de alunos com necessidades especiais é fundamental que a escola como um todo, na condição de um sistema mais amplo, se debruce sobre este tema. Isso significa dizer que desde a servente e o zelador até a associação de pais e mestres e a direção da escola, todos têm que estar mobilizados quanto à oferta desse atendimento educacional específico, que a propósito deve ser objetivamente contemplado no projeto pedagógico elaborado pela escola.

Também não poderíamos deixar de destacar a formação dos gestores, onde apenas um tem formação educacional e apenas este possui curso sobre

a inclusão de ACD na escola. Se fossemos a uma empresa é certo que teríamos na direção alguém formado em administração de empresas ou talvez se visitássemos um consultório de advocacia teríamos a frente do mesmo um advogado, como é possível não termos professores a frente das escolas?

Das três escolas pesquisadas, apenas uma está adaptada para a recepção de alunos com deficiência, a Escola Particular. Este fato nos leva a perceber o descaso com a estrutura física das escolas públicas dificultando o processo de inclusão de ACD, concordando com Cidade e Freitas (2002, p. 1) que nos diz que

A ideia da escola como espaço inclusivo nos remete às dimensões físicas e atitudinais que permeiam a área escolar, onde diversos elementos como a arquitetura, engenharia, transporte, acesso, experiências, conhecimentos, sentimentos, comportamentos, valores etc. coexistem, formando este lócus extremamente complexo.

EDUCANDO COM SENSIBILIDADE E PROMOVENDO INCLUSÃO

O PEM tem 41 anos e exerce a profissão há 17 anos, formou-se em uma Universidade Pública e possui Especialização em Psicologia da Aprendizagem.

Ele relata que tem conhecimento sobre Educação Física Adaptada obtido na graduação e acredita ser insuficiente. No que diz respeito à inclusão de ACD nas aulas de Educação Física ele afirma ter consciência de que o aluno com deficiência nunca acompanhará o mesmo nível que os demais alunos, mas que tal aluno tem direito a participar das aulas práticas e que isso oportuniza a interação com os demais alunos, promovendo a inclusão, mesmo que tais alunos apresentem limitações, como o mesmo cita,

O valor da pessoa humana, está acima de tudo. Devemos ter consciência que o aluno portador de necessidades especiais nunca chegará a acompanhar o mesmo nível que um dito normal, mas além de ter direito a prática da educação física, os alunos “normais” poderão auxiliá-lo e incluí-lo junto ao educador (PEM).

Associado ao discurso do PEM podemos citar Cruz, Razente e Mangabeira (2003, p. 11) quando afirmam que

Em nosso cenário educacional – repleto de contradições – almeja-se que todas as crianças tenham assegurado seu direito à educação, a despeito da diversidade refletida em suas demandas educacionais específicas. Todas as crianças – quer apresentem ou não necessidades educacionais especiais – vivenciam um processo de desenvolvimento. No caso das crianças que no âmbito das necessidades especiais apresentam algum tipo de deficiência, cada fase desse processo é vivenciada com ritmo e intensidade distintos dos comumente verificados em crianças sem deficiência. Exatamente devido à peculiaridade do seu processo de desenvolvimento, pessoas que apresentam deficiência devem receber mais oportunidades e estímulos no processo ensino-aprendizagem ao qual serão submetidas, com especial atenção à adequação didático-pedagógica da intervenção proposta.

Quanto ao seu entendimento sobre o que venha a ser a inclusão de ACD, ele relata que os mesmos não são incapazes e que os estimula a participar das aulas, pois “Se em alguns aspectos eles tem dificuldades em outros eles apresentam facilidades” (PEM).

No que diz respeito ao processo de inclusão em suas aulas PEM 01 afirma que realiza uma conscientização com todos os alunos sendo eles deficientes ou não, para que haja respeito mútuo e para que o ambiente da aula fique divertido.

O PEE tem 37 anos e exerce a profissão há 16 anos, graduou-se em uma Universidade Pública e possui Especialização em Treinamento Desportivo.

A respeito do conhecimento da Educação Física Adaptada ele afirma ter adquirido durante a graduação e julga ser insuficiente. Em suas aulas diz que prioriza uma metodologia de trabalho na qual garanta a inclusão de ACD, mas ressalta que “O nosso país ainda deixa a desejar” (PEE).

A respeito da inclusão de ACD em suas aulas busca auxiliar na socialização dos mesmos na comunidade escolar, afirmando que “Hoje a diversidade é sinônimo de saber para melhorar os métodos de planejamento” (PEE), e que o processo de inclusão do ACD no ensino regular é um avanço do conceito de seres humanos, desta forma a participação do aluno deficiente em suas aulas é feita no sentido de tentar mostrar que todos temos limites e podemos superá-los.

Durante a realização das aulas o professor utiliza recursos materiais como símbolos de comunicação, ocorrendo assim uma codificação e

assimilação por parte do aluno do que está sendo proposto na aula, visto que o aluno em questão é deficiente auditivo e nem o professor e nem o aluno possuem conhecimento da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Tendo esse fato como base, refletimos com Mourão (2010, p. 27) onde ele observa:

No futebol há palavras como impedimento, pênalti e escanteio. Indago se, em geral, os surdos sabem o nome dessas regras. Acredito que as aulas de Educação Física devem conter mais do que a prática de exercícios físicos. Deve-se também ensinar palavras relacionadas ao esporte e os sinais correspondentes.

Mesmo enfrentando dificuldades de grande relevância a respeito da comunicação entre o professor e o aluno surdo, exposta pelo PEE, o mesmo afirma que “Mostrando que todos temos alguns limites seja físico ou mental e que podemos realizar tarefas as quais muitas vezes nem imaginamos”. Sobre isto Sant’Ana (2005, p. 228) diz que “[...] A orientação inclusiva implica num ensino adaptado às diferenças e às necessidades individuais”, tendo como base a referida citação podemos pressupor que a educação tem ou deveria ter como objetivo trabalhar as individualidades no processo de ensino aprendizagem, sejam elas quais forem, e o professor deveria estar habilitado para exercer a função de mediador do conhecimento respeitando tais individualidades.

Levando em consideração a reflexão de Sant’Ana (2005) podemos afirmar que o ensino inclusivo no campo de nossa área de saber não está única e exclusivamente ligada em adaptar os mecanismo de ensino aos ACD, mas também levar em consideração as necessidades dos alunos que não enquadram-se nesse grupo específico, mas que também possuem limitações que podem influenciar no processo de assimilação do conteúdo programático, assim como também na prática das atividades físicas propostas, limitações essas como: coordenação motora, ritmo, agilidade, entre outros. Tais limitações não são consideradas na educação inclusiva como deficiência, todavia se faz presente na diversidade de nossos alunos.

O PEP tem 27 anos e exerce a profissão há 7 anos, formou-se em uma Universidade Pública e está com a Especialização em Educação Física Escolar em andamento, possui conhecimento sobre Educação Física Adaptada obtido

na graduação e em pesquisas acadêmicas, afirmando ser suficiente para incluir um ACD em suas aulas.

No decorrer do questionário o professor relata que todo professor deve conhecer cada aluno e deve saber de seus limites para que na organização de suas atividades ele possa realizá-las de forma homogênea e nunca realizar atividades diferentes para os ACD das que são propostas para os demais alunos. O professor acredita que a participação dos ACD nas aulas de Educação Física ajuda na inclusão dos mesmos na comunidade escolar, fazendo com que o aluno sintá-se parte do todo, diminuindo assim as diferenças entre os ACD e os demais, afirmando que “Colocando ele como aluno igual a qualquer outro, não o colocando como diferente não deixando que os alunos o tratem como diferente, mas como participante da comunidade escolar” (PEP).

Durante a realização das aulas o professor afirma tratar o ACD de igual maneira como trata os demais, fazendo com que os alunos possam tratá-lo e encará-lo como qualquer aluno, ele também ressalta que o governo assegura, por meio de leis específicas, que os ACD devem ser inseridos no ensino regular, porém não garante ao professor o apoio e a formação adequada, ressaltando que “O ato de garantir a entrada dos alunos no ensino regular não garante necessariamente a inclusão dos alunos junto ao verdadeiro objetivo” (PEP). A fala do professor vem a concordar com Thousand e Villa (1991) *apud* Sant’Ana (2005, p. 231), onde os autores afirmam que,

No entanto, o fato de esses alunos estarem num mesmo ambiente com os demais não quer dizer que estejam incluídos, no contexto escolar. A inclusão implica práticas escolares que favoreçam relações significativas dentro da aprendizagem colaborativa, capazes de remover as barreiras ao acesso e a participação dessas pessoas na aprendizagem na sociedade.

Levando em consideração o modelo escolar vigente podemos dizer que a inclusão não consiste unicamente em introduzir o aluno no ambiente físico da escola, mas em prover para o aluno meios de interação coletiva, pois é através dessa interação com o professor e com os colegas que ocorre o real processo de aprendizagem, ou seja, neste sentido o professor atua na função de mediador das relações sociais da aprendizagem.

PAIS PREPARADOS, FILHOS INCLUSOS.

Dos três pais de ACD, todos acham importante a convivência de seus filhos com outros alunos ND, para que todos saibam respeitar as diferenças.

Quanto ao aspecto deles terem medo de que seus filhos frequentem uma escola regular, um afirma ter medo de bullying, outro afirma medo de seu filho se machucar durante o intervalo e o outro diz não sentir receio algum.

Sim, não tem um monitor para observar os alunos no intervalo (PACD EM).

Sim, tenho medo do bullying, mas dialogo sempre com meu filho e tento conscientizá-lo que os desafios estão em toda parte (PACD EP).

Não, se ele estuda nessa escola é porque conheço e confio nela (PACD EE).

No que se refere à escola estar preparada para receber ACD, os pais das escolas Estadual e Particular afirmam que as escolas estão preparadas, o da Escola Municipal diz que a mesma deixa a desejar.

Quanto à opinião deles sobre os filhos participarem das aulas de Educação Física todos concordam e dão ênfase a importância da prática de exercícios físicos para seus filhos, apontando:

Aulas constantes para o desenvolvimento, criatividade do mesmo, físico e psíquico (PACD EM).

É muito bom para ele afinal todos devem praticar exercícios. Exercícios são muito bom para o desenvolvimento de todas as crianças (PACD EE).

Ele acha importante participar de tudo que acontece na escola, então eu incentivo, e a escola faz bem seu papel e bem feito sem se importar com suas limitações (PACD EP).

Todos os pais pesquisados disseram que seus filhos tem um bom relacionamento com os demais alunos, mas o pai da Escola Municipal relata a falta de aulas reflexivas sobre a inclusão com o alunado.

Os três pais afirmam que as aulas de Educação Física trazem benefícios para seus filhos e um dos pais descreveu que esta contribui de forma “Positiva, pois sei que ele se sente um verdadeiro atleta ao participar e competir, isso lhe traz muita alegria e satisfação” (PACD EP).

SE VENDO DEFICIENTE, DESCOBRINDO A INCLUSÃO.

O ACD da Escola Municipal (EM) tem 12 anos e é do sexo masculino, cursa o 7º ano do Ensino Fundamental II, possui deficiência física no que diz respeito a dificuldade de locomoção, porém o mesmo não a descreveu no questionário, pois julgou desnecessário, visto que o mesmo não se considera deficiente.

O aluno identificou um dos personagens de desenho animado (X-Men) descrito no questionário, bem como a presença de uma PCD (Prof. Charles Xavier), mas não especificou a deficiência do personagem.

Afirmou que seus pais tinham medo de deixá-lo ir para a escola, que deseja ser técnico em manutenção de informática e que sua deficiência não irá atrapalhar em sua carreira profissional.

Ele relata nunca ter sofrido preconceito na escola e ser participante das aulas de Educação Física, como o mesmo afirma: “Eu adoro as aulas de Educação Física [...] eu não conseguia fazer agora estou fazendo” (ACD EM). Na citação do aluno fica claro a satisfação por parte do mesmo em participar das aulas de Educação Física, onde ele relata que com o passar do tempo conseguiu uma evolução dos seus movimentos conseguindo a tão sonhada participação nas aulas, possibilitando a vivência, o criar e o experimentar nas aulas.

A respeito do que o ACD EM nos relatou, Ferreira e Rodrigues (1996) *apud* Oliveira (2005, p. 8) nos diz que

[...] O trabalho educativo e inclusivo com a criança deficiente dar-se desde a mais tenra idade fazendo com que as carências orgânicas e afetivas possam ser minimizadas, oportunizando a criança estar segura e apta para o alcance de fases posteriores da vida como a adolescência.

O ACD da Escola Estadual (EE) tem 16 anos e é do sexo masculino, cursa o 9º ano e possui deficiência auditiva. Para que tal aluno pudesse responder o questionário sua mãe assinou a autorização e pediu que o questionário fosse respondido na escola, o professor então chamou um dos alunos que melhor se comunicasse com o ACD, mas foi verificado que o aluno

faltou, dessa forma coube a pesquisadora realizar a tarefa de auxiliar o ACD no preenchimento do questionário. Ao tentar estabelecer contato com o aluno verifiquei que o mesmo não tinha conhecimento algum da LIBRAS o que dificultou bastante, pois o ACD possui gestos próprios e além deste fato ele não era alfabetizado.

Ao mostrar os personagens dos desenhos animados ao ACD e gesticulado se ele já havia assistido alguns deles, ele marcou X-Men e O Demolidor, ainda recorrendo aos gestos perguntei se ele conseguia identificar algum detalhe em tais personagens, o aluno então fez gestos referentes a uma cadeira de rodas, apontando para os X-Men, e fechou os olhos para o personagem O Demolidor, visto que tal personagem é cego. Ele também disse que sua mãe demonstra receio em deixá-lo ir à escola e que não sabe sua possível pretensão profissional.

Afirmou nunca ter sofrido nenhum tipo de preconceito e com gestos próprios disse e transcreveu para o questionário: “É muito bom fazer as aulas de Educação Física” (ACD EE), disse também que seu professor era legal.

As demais questões do questionário não foram respondidas pelo aluno, por se tratar de questões discursivas e o aluno teve grande dificuldade de entender o que eu tentava perguntar, como também sentiu grande dificuldade em escrever as respostas. As poucas questões que ele respondeu foi com o auxílio de um de seus colegas que escrevia em um papel a parte o que ele respondia e o ACD transcrevia para o questionário, demonstrando assim seu processo de alfabetização precário.

Diante da realidade enfrentada pelo aluno surdo e por seu professor durante as aulas de Educação Física, Mourão (2010, p. 26) nos diz que “Dominando uma língua de sinais específicas para a Educação Física, o profissional facilita a interação surdo-ouvinte e assim promove a verdadeira dinâmica do ensino-aprendizagem com seus alunos surdos”.

O ACD da Escola Particular (EP) tem 12 anos, cursa o 5º ano, é do sexo masculino e possui paralisia cerebral (PC). O aluno em questão teve seu questionário respondido com o auxílio da mãe.

O ACD EP afirmou ter assistido apenas o filme Procurando Nemo e identificou a deficiência no personagem, mas não a descreveu. Disse que seus

pais não tem medo de deixá-lo ir a escola e que sua deficiência não atrapalha em seus estudos.

Relata não ter sofrido preconceito na escola e acha importante participar das aulas de Educação Física, descrevendo ter praticado baleada, handebol, futsal e sete pecados. O aluno relata, ainda, que é estimulado por seu professor e ainda fez uma importante declaração: “Quando jogo bola ou faço Educação Física até esqueço das minhas limitações, por que gosto muito” (ACD EP).

Segundo Castro (2005) no ano de 2000 11,19% da população brasileira eram portadoras de alguma deficiência mental. No caso em específico, o aluno em questão foi acometido de uma Paralisia Cerebral (PC) do tipo estática onde acontece um hipertônus nos flexores das extremidades superiores e extensores das extremidades inferiores dificultando movimentos precisos e causando movimentos de arranque por conta da falha de coordenação dos músculos antagonistas (clonia).

Diante desse fato, poderíamos dizer que o conhecimento biológico da deficiência do aluno era sobretudo de muita importância como o é, porém não devemos esquecer que a importância dada ao conhecimento sobre a deficiência deve estar com o objetivo de incluir tal aluno como participante das aulas. Como ressalta Castro (2005, p. 77)

Aprofundar os detalhes faz parte da missão de ser um bom profissional. Observar os detalhes clínicos é uma complementação na formação do profissional em atividade física adaptada.

O PRIVILÉGIO DE CONVIVER COM AS DIFERENÇAS

Na Escola Municipal os alunos participantes da pesquisa tinham entre 12 e 14 anos de idade, três são do sexo feminino e dois do sexo masculino e cursam o 7º ano. Dos cinco alunos pesquisados todos já haviam assistido pelo menos um dos quatro filmes apresentados no questionário e todos destacaram as respectivas deficiências nos personagens.

Os cinco alunos afirmaram tratar bem seu colega com deficiência. Quanto ao fato de seu colega ter uma formação profissional todos acham

importante e um ressaltou que “Só que ele vai ter um pouco de dificuldade” (AND 01 EM).

Quando indagados sobre seu colega poder participar das aulas de Educação Física, todos opinaram ser importante, e dois destacaram que as aulas servem para ajudar os alunos deficientes, dois fizeram menção a esportes adaptados (Paralímpicos), sendo que um relatou escolas específicas para pessoas deficientes, e um destacou “Sim, porque eles acham que pode fazer e fazem muito melhor” (AND 02 EM).

Todos acham importante a presença de ACD em escolas regulares, sendo que um diz que tal fato contribui “para melhorar as deficiências dele” (AND 02 EM) e outro destaca “Tem pessoas que são normais e não querem fazer educação física e pessoas especiais tem coragem e vai em frente e faz” (AND 01 EM).

Na Escola Estadual os alunos tinham entre 14 e 17 anos, três são do sexo feminino e dois do sexo masculino e cursam o 9º ano. Três dos cinco alunos disseram ter assistido todos os filmes e descreveram a deficiência de todos os personagens, um havia assistido apenas um dos filmes (X-Men) e reconheceu a deficiência do personagem, e um havia assistido três dos filmes apresentados (Procurando Nemo, X-Men, O Corcunda de Notre Dame) e reconheceu as deficiências dos personagens.

Todos dizem tratar bem o colega, sendo que um destaca “Normalmente, mas com bastante cuidado para não ofendê-lo” (AND 01 EE) e outro diz que “Dependendo da dificuldade eu posso ajudar” (AND 03 EE). A respeito da ajuda que o colega está disposto a oferecer, Rosadas (1994, p.78) nos fala que as

Atividades que requerem a participação afetivo-social, dentro de um princípio de desenvolvimento cultural, principalmente em grupo, e que propicia a ele uma melhor concepção de seu corpo, [...], que lhe possa garantir participação equilibrada e consciente nas atividades que solicitem relações interpessoais.

Tal afirmação nos diz que a partir das aulas de Educação Física, o aluno passa a ter um maior conhecimento sobre seu corpo, assim também os ACD tendo essa vivência durante as aulas poderão conhecer melhor o seu corpo, para que a partir de tal conhecimento possa alcançar um melhor desenvolvimento cognitivo, afetivo e motor em seu cotidiano além de promover

interação entre os alunos deficientes e não deficientes a partir das vivências proporcionadas durante as aulas.

Quanto à possibilidade de seu colega ter uma profissão, todos relatam não haver problema e que ele é capaz e um destaca: “Bom, ele pode sim porque nos dias de hoje as pessoas deficientes tem recursos na área que irá trabalhar” (AND 04 EE).

E no que se refere à participação de ACD nas aulas de Educação Física, todos acham importante, e dois destacam esportes paralímpicos e um ressalta “Na minha opinião pode sim porque eu não acho certo deixar pessoas como [cita o nome do aluno] excluído de qualquer atividade” (AND 04 EE) e outro destaca que “Através da Educação Física todos que tem deficiência pode ter mas facilidade com seu próprio corpo” (AND 01 EE). Tal colocação vem a corroborar com Betti (1991) ao afirmar a importância do aluno construir o conhecimento sobre seu próprio corpo e sua funcionalidade.

No que diz respeito aos ACD estudarem em escolas regulares, todos acham importante para que haja uma socialização entre alunos CD e alunos ND, um diz que “Qualquer pessoa pode conviver com pessoas com deficiência, mas se tivesse uma escola treinada seria muito importante” (AND 02 EE) e outra ressalta “Eu acho que todo mundo tem que aprender a se comunicar com essas pessoas” (AND 04 EE). A respeito da colocação deste aluno sobre a aprendizagem por parte dos ouvintes sobre a LIBRAS podemos associar ao que Klein (2001, p. 26) nos diz sobre: “É através da Língua de Sinais que os alunos encontram oportunidades de compartilhar suas experiências e seus sonhos, e também um espaço de reafirmação da luta pelo direito ao uso dessa língua”.

Na Escola Particular os alunos têm entre 9 e 12 anos, todos são do sexo feminino e cursam o 5º ano. Das quatro alunas pesquisadas, todas assistiram o filme Procurando Nemo, três assistiram X-Men, três assistiram O corcunda de Notre Dame, uma assistiu O demolidor, todas identificaram as deficiências nos personagens.

As quatro alunas afirmam tratar bem seu colega, mas uma ressalta “Trato como sendo uma criança que tem necessidades especiais e ajudo quando ele precisa” (AND 02 EP).

Quanto ao fato do colega ter uma profissão todas acham que ele é capaz e uma destaca: “Pode, porque mesmo sendo deficiente professor Xavier [do X-Men] tem uma profissão” (AND 03 EP) e outra afirma “Sim, por que hoje eles já estão tendo espaço na sociedade” (AND 02 EP).

Todas acham que alguém com deficiência pode participar das aulas de Educação Física, e uma enfatiza que ele faz as aulas “até onde ele suportar” (AND 01 EP) e outra diz que “O professor ajuda pra ele fazer movimentos que da pra ele realizar” (AND 02 EP).

Todas acham importante a presença de ACD em escolas regulares, sendo que uma destaca que é importante porque “Aprender a conviver com ele é legal” (AND 03 EP), outra fala a respeito da aprendizagem com as diferenças e uma diz que “Ele pode cantar o hino, fazer apresentação e se for pra ficar muito tempo em pé colocam uma cadeira pra ele” (AND 04 EP).

É NA EDUCAÇÃO DOS FILHOS QUE SE REVELAM AS POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO

Dos cinco pais de alunos ND da Escola Municipal, um ressalta a importância das crianças já “crescerem com a ideia de inclusão presente em sua vida” (PAND 03 EM), e todos acham que a presença de um ACD não interfere de forma negativa no aprendizado de seus filhos.

Dos cinco pais da EM apenas um enfatiza que alunos deficientes tem que estudar em escolas específicas onde o mesmo relata, “Eu acho que não pode deficientes estudar na escola de pessoas normal” (PAND 02 EM), sobre isto Omote (1995) *apud* ARTIOLLI (2006, p. 2) nos afirma que,

A partir de 1950, a deficiência deixou de ser percebida somente como um atributo da própria pessoa e passou também a ser considerada como um fenômeno relativo à sociedade, ou seja, a pessoa tem uma qualidade que a limita de alguma forma, mas, paralelamente a isso, existe um público que compartilha a ideia de que a limitação é prejudicial, desvantajosa, e o resultado desse movimento é o descrédito social.

Quatro dos cinco pais dizem que seus filhos tem um bom relacionamento com seu colega deficiente de sala, um diz “Bem, por que ele é orientado a não discriminar um portador de deficiência e sim ser amigo e solidário” (PAND 04 EM), outro afirma “ [...] Ele sempre conviveu normal com ele e tem um carinho diferente por ele e sempre fala” (PAND 03 EM), e um dos cinco pais reconhece que seu filho não se relaciona com o colega com deficiência para não machucá-lo.

Quanto ao fato da importância de ACD participarem das aulas de Educação Física, quatro afirmam ser importante para o aprendizado e respeito mútuo, além de servir como exemplo, e um dos pais reafirma “Os deficientes tem direito a estudar na sua própria escola adaptada, porque os alunos não vão deixar os deficientes jogar com eles” (PAND 02 EM). Sobre esta visão Artioli (2006, p. 06) relata que

Em uma sociedade que desacredita na possibilidade de desenvolvimento e convivência com a pessoa com deficiência, a escola, como uma instituição que reproduz a forma de pensar da coletividade, repete no seu interior a forma de ver e tratar o diferente. Assim, a integração educacional passa também pelo tipo de relacionamento que o professor estabelece com o aluno com deficiência, pois é no cotidiano, na sala de aula, que a prática pedagógica, entrelaçada por valores, conceitos, preconceitos e estereótipos, se efetiva.

O que o autor nos leva a refletir é que o conceito formado a partir dos medos, preconceitos, falta de informação e concepções de segregação dos indivíduos deficientes tende a ser desfeito no ambiente escolar, onde o conhecimento crítico está fazendo parte da formação de crianças e adolescentes.

Na Escola Estadual todos os pais pesquisados acham importante ou normal a presença de ACD na escola regular e um destaca: “Normal porque todos devemos ter os mesmos direitos, é só colocar pessoas capacitadas para o trabalho que é ensinar pessoas com deficiência física” (PAND 01 EE).

Todos os pais dizem que a presença de um ACD não interfere negativamente no aprendizado de seus filhos e que seus filhos mantêm um relacionamento de amizade e respeito com o colega deficiente, também dizem ser válido a participação de ACD nas aulas de Educação Física, sendo enfatizado que “A aprendizagem é para todos, [...] incluindo pessoas portadoras de qualquer deficiência” (PAND 03 EE).

Das quatro mães pesquisados na Escola Particular, todas vêm de maneira positiva a presença de ACD na escola, uma diz: “Acho positivo, desde que essas crianças sejam realmente incluídas e não apenas figurem nas dependências escolares” (PAND 04 EP). Concordando com Artioli (2006, p.4) que afirma “Na área educacional, a escola deve preparar-se e organizar-se para atender todos os alunos, além de empregar esforços na expansão do potencial do seu educando com deficiência”.

Outra mãe afirma que tal atitude está “[...] Respeitando a cidadania e a igualdade aos direitos” (PAND 02 EP), e outra ressalta ainda que com a inclusão “A escola está fazendo o papel que cabe a ela que é de formar cidadãos que respeitem todas as diferenças” (PAND 03 EP).

Todas acreditam que a presença de ACD não atrapalha o aprendizado de seus filhos e que existe um bom relacionamento entre seus filhos e o ACD na escola, sendo destacado por um dos pais que o seu filho trata “com o mesmo zelo que é usual com os outros colegas” (PAND 02 EP).

No que se refere à participação de ACD nas aulas de Educação Física todos acham válido e um ressalta que sua filha “perceberá que não somos iguais e cada um dentro das suas limitações pode dar o melhor de si” (PAND 03 EP).

Considerando o que foi explanado a respeito da inclusão de ACD em escolas regulares, afirmamos que o processo de inclusão não é formado apenas por questões educacionais, mas também por questões sociais mais amplas, que são oriundas da família e sofrem influências antes mesmo de chegar à escola. Cabe então a escola o papel de reforçar ou modificar a ideia de inclusão adquirida pelo aluno a partir da que foi construída pela família.

CAPÍTULO VI

RECONHECENDO POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO FÍSICA

RECONHECENDO POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO FÍSICA

Como foi debatido ao longo deste trabalho, o trato com pessoas com deficiência é um tema que apresenta muitas preocupações e questionamentos por parte da sociedade desde os tempos mais remotos, chegando até a contemporaneidade, sendo apresentado a atual sociedade como inclusão.

O estudo apresentou dados que nos permitiram uma maior reflexão a respeito do processo de inclusão, que nesta pesquisa esteve em foco a inclusão no campo escolar e em específico nas aulas de Educação Física.

Ao realizamos uma revisão sobre esse tema identificamos que ao longo da história da humanidade sempre existiu uma preocupação com o que se fazer com os indivíduos “diferentes”. Sendo reconhecido que estes indivíduos eram encarcerados em prisões, hospitais, torres ou até mesmo em quartos nos fundos das casas, para que assim ninguém tivesse contato com os mesmos. Estas atitudes estavam sempre acompanhadas de medo do desconhecido, da aparência, do contágio e de questionamentos, a exemplo de quais seriam as causas e qual seria a cura para quem estivesse acometido por alguma deficiência que era considerada um mau.

Trazendo estes fatos para os dias atuais percebe-se que a ideia de inclusão surgiu como inspiração para elaboração de leis que criassem serviços promovendo atendimento médico, psicológico e social para as pessoas com deficiência nos últimos 50 anos, fazendo com que a sociedade mudasse sua estrutura convencional, abrindo espaços adaptados para cada deficiência com o objetivo de fazer com que indivíduos com deficiência tivessem oportunidade de interagir no âmbito social, criando então uma espécie de paradigma de inclusão social.

Ampliando os aspectos de inclusão, chega-se a inclusão social nas escolas, onde ACD tiveram acesso inicialmente a escolas denominadas especiais, e hoje tem acesso às escolas regulares com o objetivo de que a integração começasse bem mais cedo, como também para que ACD tivessem a oportunidade de convivência com outras crianças ND, estreitando assim o espaço entre as pessoas “diferentes” das “normais”.

Quando falamos de paradigma estamos nos referindo a dois lados da mesma moeda, um seria o fato de ter escolas específicas para pessoas ACD, onde tais escolas de certa forma preparariam esses indivíduos para o convívio social mesmo que com isso desviasse a intenção da inclusão, visto que em escolas especializadas estudam apenas crianças com deficiências. O outro lado da moeda seria o fato de que pessoas com algum tipo de deficiência frequentando uma escola regular proporcionaria uma vivência direta com uma diversidade de alunos e experiências. Mas as escolas estariam preparadas para tal processo? De acordo com nossa pesquisa ainda estamos carentes de escolas que estejam adaptadas no aspecto físico como também no aspecto de preparação dos professores para que aconteça uma inclusão melhor direcionada na questão de formação continuada do professor.

Entramos numa questão que pesa em vários aspectos, como por exemplo a estrutura física das escolas. Será que as escolas estão tendo um devido investimento na adaptação da estrutura física para os alunos deficientes? E o preparo profissional dos professores e dos gestores? Estão dando realmente suporte ao professor para que este tenha conhecimento a respeito dos diversos tipos de deficiência? Ou estão enquadrando o professor como uma espécie de almoxarife que tem por função catalogar os tipos de alunos e classificá-los apenas como apto e não apto?

Podemos constatar que tais aspectos questionados refletem na fala do PREP onde ele afirma que “O ato de garantir a entrada dos alunos no ensino regular não garante necessariamente a inclusão dos alunos junto ao verdadeiro objetivo”. Verificamos que existe pouco investimento por parte do poder público, tanto na questão de estrutura física das escolas para proporcionar a acessibilidade de ACD quanto na formação continuada dos professores sobre o processo de inclusão na escola. Na escola particular vimos uma preocupação com a acessibilidade, mas uma certa falta de atenção para com a formação continuada dos professores.

Estamos certos de que as leis que surgiram para a promoção da inclusão nas escolas foram e são de intenções louváveis, porém existem muitos detalhes por trás destas leis que acabam por dificultar o bom andamento das aulas. Podemos verificar isso no caso do PREE que está diante de um aluno com 16 anos que é semi-alfabetizado e ambos não

possuem nenhum conhecimento a respeito da LIBRAS, onde o professor faz os movimentos nas aulas para que o aluno possa reproduzi-los, tendo como consequência uma aula de reprodução de movimentos. Se ambos possuíssem conhecimento da LIBRAS a aula não seria mais rica e interativa? O aluno não teria maior aproveitamento? E se não apenas os professores, mas também os demais alunos soubessem a linguagem de sinais esse aluno não estaria mais próximo da comunidade escolar? Como destaca um dos colegas do aluno surdo, “Eu acho que todo mundo tem que aprender a se comunicar com essas pessoas”.

Para complementar nossa preocupação com a falta de conhecimento da língua LIBRAS por parte do professor e do aluno, queremos aqui reafirmar a importância de inserir esta língua como componente curricular nas escolas regulares juntamente com o inglês e espanhol, para que assim haja um conhecimento por parte de todo o alunado desta língua, o que possibilitaria a comunicação com o(s) colega(s) surdo(s). Também tornar-se-ia de grande importância que a LIBRAS fosse inserida na grade curricular dos cursos de graduação e não apenas nos cursos de licenciatura como componente eletivo, para que os profissionais como um todo tivessem suporte de comunicação com pessoas surdas.

Porém não podemos deixar de exaltar a atitude do professor que mesmo com tamanha dificuldade e despreparo não dispensou seu aluno das aulas e dentro das possibilidades procura garantir a participação e integração do mesmo.

Queremos aqui elogiar os alunos, colegas de sala do aluno surdo, que apesar de tal dificuldade procuram sempre manter comunicação com o mesmo, criando movimentos e gestos próprios para que ele possa estabelecer contato comunicativo com os colegas.

É interessante percebermos que os colegas de sala de aula dos ACD tentam desenvolver uma convivência harmoniosa com o colega e às vezes até criam estratégias para que a inclusão seja efetuada, como podemos constatar na fala de alguns dos alunos ND ao dizerem “Dependendo da dificuldade eu posso ajudar” (AND 03 EE), em outro momento um aluno faz o seguinte comentário: “[...] ele pode cantar o hino, fazer apresentação e se for pra ficar muito tempo em pé colocam uma cadeira pra ele” (AND 04 EP).

Nestas falas podemos perceber perfeitamente que para estes alunos não existe nenhum empecilho quanto ao fato de ACD participem das aulas e eles já reconhecem, como um fato do cotidiano, onde uma aluna faz menção de que o ACD é capaz de realizar as atividades que ela também realiza, mencionando apenas um detalhe, o ficar muito tempo em pé, mas ao mesmo tempo que ela levanta um problema ela traz a solução “[...] colocam uma cadeira pra ele”. Também podemos refletir a respeito do comentário desta aluna para o fato de que muitas vezes os deficientes são descritos com ‘os que não podem fazer isso, os que não podem fazer aquilo’ e é esquecido do mais importante ‘ele consegue fazer isso, ele consegue fazer aquilo’. Devemos abandonar a prática de observarmos os gramas das dificuldades passando a observar os quilos das facilidades.

É importante registrar o medo por parte de duas alunas, uma ao citar que trata o colega deficiente com bastante cuidado para não ofendê-lo, pois aqui vemos perfeitamente que existe uma preocupação com a dimensão psicológica e afetiva do ACD para que o mesmo não se sinta ofendido ou diminuído em qualquer ocasião do cotidiano escolar; a outra descreve tratar o colega como “[...] alguém que tem necessidades especiais”.

O medo no tratamento de ACD, nos leva a refletir sobre o aspecto da autoestima de pessoas que possuem alguma deficiência, isso de certa forma influencia na construção da autoestima do indivíduo com deficiência, que se for tratado com muitas ‘regalias’ poderá construir uma autoimagem de privilegiado, centro das atenções ou o pior de todos o de ‘coitadinho’ ou ‘incapaz’, e se por ventura for tratado com muitos elogios e falas de incentivo poderá construir uma autoimagem de ‘super-herói’. Seja qual for a consequência, acreditamos ser nociva no processo de construção da personalidade do ACD, que deve entender-se como indivíduo com direitos e também com deveres, sujeito a correções e disciplina como qualquer outro aluno.

Uma das falas por parte de um aluno nos chamou atenção, quando o mesmo afirma: “[...] hoje eles tem espaço na sociedade”. Esta fala nos remete a vários aspectos, nos obrigando a fazer algumas associações da fala do aluno com algumas intervenções midiáticas como, por exemplo, os vários comerciais exibidos na televisão que abordam a respeito do conceito de acessibilidade, do respeito as PCD, que são conceituados em um comercial de ‘invisíveis’ e até

mesmo de um comercial exibido em uma renomada revista, onde um banco publicou o seguinte comercial “Crédito Acessibilidade. Um crédito diferenciado para você! No Brasil você financia cadeira de rodas, andadores, computador portátil Braille e outros produtos que podem tornar o mundo mais inclusivo para pessoas com deficiência” (BANCO DO BRASIL, 2012).

É notório que nas abordagens exibidas nos canais de televisão procura-se desenvolver nos telespectadores uma visão mais humana e sensível no trato com a pessoa com deficiência no dia a dia como cidadãos, abordando o tema em novelas, exibindo um adolescente cego e outro cadeirante num seriado destinado ao público jovem, retratar a vida de uma modelo que em virtude de uma acidente tornou-se tetraplégica, ou mostrar o dilema de uma mãe que tem uma filha adotiva e portadora de síndrome de Down e se depara com o preconceito na vizinhança e na escola. Mas, será que o problema está apenas em pessoas que não cedem o lugar em um ônibus lotado a alguém deficiente? Como explicar então a deficiência de frotas de transporte público adaptado? Ou das estruturas arquitetônicas das cidades ainda deixarem muito a desejar com respeito a rampas, elevadores com portas mais largas, banheiros adequados etc.?

Muitas das vezes tais comentários e atitudes não cooperam em nada com o processo de inclusão, algumas das intervenções e slogans são diminuidores e preconceituosos em suas entrelinhas, concordando com a fala de um dos professores onde o mesmo ressalta que no que se refere aos processos de inclusão “O nosso país ainda deixa a desejar” (PEE).

Frente a este debate reconhecemos que o processo de inclusão nas escolas torna-se essencial de acordo com relatos dos participantes da pesquisa, que reconheceram a importância de educação inclusiva. Porém cabe salientar que os participantes mencionaram providências necessárias a serem efetivadas, providências estas que fazem relação com atitudes que deveriam ter sido concretizadas há muito tempo, tais como, melhorar a infra-estrutura das escolas, investir na formação e preparo dos professores e dos demais profissionais componentes da equipe multidisciplinar.

O que se torna extremamente necessário não é uma redefinição do que é educação inclusiva ou das nomenclaturas para definir alguém que é portador de deficiência, mas uma aplicação do que é essencial para concretizar uma

educação condizente com o que é disseminado na mídia, para que assim possamos ter realmente uma educação inclusiva propriamente dita com uma cultura escolar que valorize o aluno e o professor.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J.S. de; DUARTE, Edison, Educação Inclusiva: Um estudo na área de educação física, 2005. **Rev. Bras.Ed.Esp.**, Marília, p.223-240.

ALMEIDA, J.F.de. Bíblia Sagrada. Revista e atualizada no Brasil, 2 ed. Barueri-SP: Sociedade Bíblica do Brasil.1999.

ARTIOLI, A.L. A educação do aluno deficiente na classe comum: a visão do professor. *Psicologia e Educação*, n.23, São Paulo, dez. 2006.

CRUZ, G. de C.; RAZENTE, D. M. R.; MANGABEIRA E. M. C. Considerações de professores de educação física sobre o atendimento de alunos de classes especiais inseridos em ambientes educacionais sob a perspectiva da inclusão. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, Jul.-Dez. 2003, v.9, n.2, p.211-226

BATTIST, C.Mo. Inclusão: história e legislação. **Agora Revista eletrônica**. Cerro Grande, p. 131-134, 2007.

BETTI, M. Ensino de primeiro e segundo grau: educação física pra que? **Revista do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte**, v.13, n.2, p.282-287,1992.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília,1996.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Declaração da Salamanca**. Disponível em: www.mec.gov.br/Seesp?arquivos?pdf?salamanca. Acessado em: 10 de janeiro de 2012.

BRASIL. **Diretrizes nacionais para educação especial na educação básica**. Brasília: Secretaria de Educação Especial-MEC;SEESPS, 2001.

CARMO, A. A. do. Deficiência física; a sociedade brasileira cria,"recupera" e discrimina. Brasília: Secretaria dos Desportos/PR, 1991. 230p.

CASTRO, E.M. de. *Atividade Física Adaptada*. Ribeirão Preto, SP: Tecmedd, 2005

CASTRO, M. A.S., MARQUES, U. M.; MOURA, J.A. *Atividade Física Adaptada: uma visão crítica*. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, 2001, vol. 1, nº 1, 73–79

CIDADE, R. E.; FREITAS, P.S. Educação Física e Inclusão: Considerações para a prática pedagógica na escola. **Revista Integração**, Edição especial.p. 26- 30, 2002

COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do ensino de educação física – São Paulo: Cortez, 1992.- (Coleção magistério. 2º grau. Série formação do professor)*

FOUCAULT, Michael. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução Salma Tanns Muchail. 8 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Vigiar e punir**: historia da violência da prisão. Tradução Ligia M. Ponde Vassallo. 10 ed. Rio de Janeiro, 1987.

FREIRE, J. B. Educação como pratica corporal- São Paulo: Scipione, 2009. (Coleção pensamento em sala de aula)

KLEIN, M. **Movimentos surdos e os discursos sobre surdez, educação e trabalho**. Disponível em: http://www.culturasurda.eu/resources/Klein_movimento-surdo. Acessado em 31 de outubro de 2012

GOFFMAM, E. **Estigma- notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução: Matias Lambert. Publicado em 1891. Digitalizado em 2004.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão 'e o privilegio de conviver com as diferenças. **Revista escola**. Maio de 2005.p.4

MARQUES,U.M.; CASTRO, J.A.M.; SILVA, M. A. Atividade Física Adaptada: uma visão critica. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, p. 73- 79, 2001.

MAZZOTA, M.J.S. Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas.5.ed.- São Paulo: Cortez, 2005

MOURAO,C.H.N. Ensinando Educação Física para Surdos. **Revista da FENEIS**/p. 26- 30/ junho- agosto/ 2010

OLIVEIRA, C.B. de. Adolescência, inclusão de deficientes na educação física. <http://www.efdeportes.com/> **Revista Digital - Buenos Aires** - Año 10 - N° 82 - Marzo de 2005

ROSADAS, S. de C. – Educação física e prática pedagógica: Portadores de deficiência mental. Vitória: UFES. Centro de Educação Física e Desporto, 1994. 144p.

SASSAKI, R. K. Inclusão. Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro, 1997.

SANT'ANA, I.M. Educação Inclusiva: Concepções de Professores e Diretores. Psicologia em Estudo, Maringá, v.10, n. 2, p. 227- 234, maio/agosto.2005

VIGOTSKI, Lev S. Fundamentos de Defectología. Obras Completas, tom cinco. Havana: Editorial Pueblo y Educación, 1995, 2a. edição.

Sites:

ADORO CINEMA. Disponível em <http://www.adorocinema.com/filmes-15941/>, acessado em 10 de março de 2012.

ARTEMÉDICA. Disponível em <http://medicinesart.bolgspot.com/2010/05/ocorrun-da-quasimodo-em-notre-dame-de.html>. Acessado em: 10 de fevereiro de 2012

INFOESCOLA. Disponível em <http://www.infoescola.com/cinema/historia-do-cinema>. Acessado em 02 de novembro de 2012

MUNDO Educação. Disponível em <http://www.mundoeducacao.com.br/historiageral/igreja-na-idade-media.htm>). Acessado em 02 de novembro de 2012

ANEXOS



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

PROJETO DE PESQUISA
EDUCAÇÃO FÍSICA E INCLUSÃO: NOS BASTIDORES DA ESCOLA
Fabiana Gomes do Nascimento
Orientadora: Prof.^a Lívia Tenório Brasileiro

QUESTIONÁRIO - GESTOR

Código: G - _____

Tempo em que esta na gestão da escola: _____

1. Qual a sua formação?

() Graduação

() Especialização _____

() Mestrado _____

() Doutorado _____

2. Possui algum curso específico de capacitação para trabalhar com portadores de deficiência?

() Sim () Não

Em caso de afirmativo especificar:

3. A estrutura física da escola é adaptada para receber alunos portadores de deficiência?

() Sim () Não

Exemplos:

4. Há no planejamento escolar um momento específico para tratar da presença de alunos portadores de deficiência?

() Sim () Não

Quais?

5. Existem cursos oferecidos para capacitar os profissionais da escola para lidar com alunos portadores de deficiência?

() Sim () Não

Exemplos:

6. Na escola há uma equipe de profissionais multidisciplinar para trabalhar o processo de inclusão de alunos portadores de deficiência?

Sim Não

Quais?

7. Existe no projeto político pedagógico da escola a presença de tópicos que envolvam o processo de inclusão de alunos portadores de deficiência?

Sim Não

Quais?

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

PROJETO DE PESQUISA

EDUCAÇÃO FÍSICA E INCLUSÃO: NOS BASTIDORES DA ESCOLA

**Fabiana Gomes do Nascimento
Orientadora: Prof.^a Lívia Tenorio Brasileiro**

QUESTIONÁRIO PARA ALUNO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA

A: _____

Idade _____

Sexo () Masculino () Feminino

Ano de Ensino: _____

Qual a sua deficiência: _____

Desde que idade você estuda: _____

1. Marque com um X nos filmes abaixo quais você já assistiu?

() Procurando Nemo



() X-Men



() O Demolidor



() O corcunda de Notre Dame



2. Dos filmes que você marcou acima, você pode identificar a presença de algum tipo de deficiência nos personagens?

Nemo _____

X-Men_____

O corcunda de Notre Dame_____

Demolidor_____

3. No filme procurando Nemo o pai de Nemo (Marlim), tem medo de deixá-lo ir a escola por conta da deficiência física de Nemo. Isso já aconteceu com você ?

() Sim () Não

4. O Professor Xavier personagem dos X-Men, e o líder dos super-heróis. Formado em ciências biológicas ele possui um papel muito importante na organização do grupo mesmo sendo cadeirante. Qual seu desejo profissional?

5. Você acha que sua deficiência pode atrapalhar em seus estudos e na sua profissão? Justifique sua resposta.

6. Na obra fictícia X-Men os "Mutantes" sofrem preconceito pela sociedade por serem diferentes. Você já sofreu preconceito na escola?

() sim () Não

Qual?_____

7. Você participa das aulas de Educação Física?

() Sim () Não

Por que?_____

8. Caso a resposta acima for positiva detalhe abaixo as atividades realizadas por você durante as aulas praticas de Educação física.

9. Na cena do filme Procurando Nemo, Nemo aceita o desafio dos amigos a ir a alto mar. Até que ponto as aulas de Educação Física lhe desafia e lhe estimula a romper limites com relação a sua limitação?

10. O professor de Nemo estimula ele a participação das aulas. Você é estimulado por seu professor de Educação Física a participar das aulas práticas?

Sim

Não

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

EDUCAÇÃO FÍSICA E INCLUSÃO: NOS BASTIDORES DA ESCOLA

Fabiana Gomes do Nascimento

Orientadora: Prof.^a Lívia Tenorio Brasileiro

QUESTIONÁRIO PARA ALUNOS NÃO PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

A: _____

Idade: _____ Sexo: _____ Ano: _____

1. Marque com um X nos filmes abaixo quais você já assistiu?

() Procurando Nemo



() O demolidor



() X-Men



() O corcunda de Notre Dame



2. Dos filmes que você marcou acima, você pode identificar a presença de algum tipo de deficiência nos personagens?

Nemo _____

X-Men _____

O corcunda de Notre Dame _____

Demolidor _____

3.No filme Procurando Nemo os amigos de Nemo o acolheram apesar de sua diferença.Como você trata seu colega portador de deficiência?

4.O Professor Xavier personagem dos X-Men, é o líder dos super-heróis.Formado em ciências biológicas ele possui um papel muito importante na organização do grupo mesmo sendo cadeirante.Você acha que seu colega portador de deficiência pode ter uma profissão e exercê-la ?

5.O demolidor mesmo sendo cego ele consegue ser um super-herói. Na sua opinião alguém que tem alguma deficiência pode participar das aulas de Educação Física?

() Sim () Não

Porque? _____

6.Você acha importante alunos portadores de deficiência física conviverem normalmente com as demais crianças na escola e nas aulas de Educação Física? Justifique sua resposta

() Sim () Não



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

EDUCAÇÃO FÍSICA E INCLUSÃO: NOS BASTIDORES DA ESCOLA

Fabiana Gomes do Nascimento

Orientadora: Prof.^a Lívia Tenorio Brasileiro

QUESTIONÁRIOS PARA PAIS DE ALUNOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

P: _____

1. O que você acha do seu filho estudar numa escola regular com outras crianças que não são portadoras de deficiência ?

2. Você teve ou tem algum tipo de receio do seu filho frequentar a escola? Justifique sua resposta

() Sim () Não

3. Na sua opinião a escola esta preparada para receber seu filho e prover um ensino de qualidade em todos os aspectos?

() Sim () Não

Porque? _____

4. Seu filho participa das aulas de Educação Física?

() sim () não

5. Faça um breve comentário justificando sua resposta acima.

6. Como e o relacionamento do seu filho com os demais colegas da escola?

7. Na sua opinião qual a contribuição das aulas de Educação Física para o seu filho? Justifique sua resposta.

() Sim () Não



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

EDUCAÇÃO FÍSICA E INCLUSÃO: NOS BASTIDORES DA ESCOLA

**Fabiana Gomes do Nascimento
Orientadora: Prof.^a Lívia Tenorio Brasileiro**

QUESTIONÁRIO PARA PAIS DE ALUNOS NÃO PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

1. O que voce acha da inclusão de alunos portadores de deficiência na escola em que seu filho estuda?

2. Na sua opinião a presença de alunos portadores de deficiência na escola em que seu filho estuda pode interferir no aprendizado e formação do seu filho? Justifique sua resposta

() Sim () Não

3. Como seu filho se relaciona com o aluno portador de deficiência?

4. Como você vê o fato de alunos portadores de deficiência participarem de aulas de Educação Física junto com alunos que não são portadores de deficiência? Você acha isso importante no processo de aprendizado para ambos?



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

EDUCAÇÃO FÍSICA E INCLUSÃO: NOS BASTIDORES DA ESCOLA

Fabiana Gomes do Nascimento
Orientadora: Prof.^a Lívia Tenorio Brasileiro

QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Pr: _____
Idade _____ Sexo _____ Tempo que exerce profissão _____

1. Faculdade de origem
 pública privada
2. Qual sua formação acadêmica?
 Graduação
 Especialização _____
 Mestrado _____
 Doutorado _____
3. Possui conhecimentos sobre Educação Física Adaptada?
 sim não
4. Caso possua, onde obteve essas informações?
 curso de graduação cursos de extensão palestras
 curso de especialização mestrado doutorado leituras independentes
 outros _____
5. Você acredita ter conhecimentos suficientes para incluir um aluno deficiente em suas aulas?
 sim não

6. Na sua opinião o que o professor de Educação Física deve priorizar em suas aulas para incluir o aluno portador de deficiência?

7. Na sua opinião, a participação do aluno portador de deficiência em aulas de Educação Física auxilia a inclusão do aluno na comunidade escolar?

sim não

Porque?

8. O que você entende por inclusão de Pessoas Portadoras de Deficiência no ensino regular?

9. De que maneira você estimula a participação do aluno portador de deficiência nas aulas praticas de Educação Física?

-

10. Descreva abaixo como você realiza as atividades para que o aluno portador de deficiência participe das aulas praticas?

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA
PARAÍBA - UEPB / PRÓ-
REITORIA DE PÓS-



COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: EDUCAÇÃO FÍSICA E INCLUSÃO: NOS BASTIDORES DA ESCOLA

Versão: 1
Pesquisador: LÍVIA TENORIO BRASILEIRO

CAAE: 02394412.5.0000.5187

Instituição Proponente: Universidade Estadual da Paraíba - UEPB / Pró-Reitoria de Pós-Graduação e
Pesqui

DADOS DO COMPROVANTE

Número do Comprovante: 052075/2012

Endereço: Av. das Baraúnas, 351- Campus Universitário
Bairro: Bodocongó CEP: 58.109-753
UF: PB Município: CAMPINA GRANDE
Telefone: (83)3315-3373 Fax: (83)3315-3373 E-mail: cep@uepb.edu.br

APÊNDICES



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
ESCOLA MUNICIPAL SÃO CLEMENTE
RUA ARNALDO LUIZ DE MELO, Nº 55 - DISTRITO DE SÃO JOSÉ DA MATA
CEP: 58.441-000 - FONE: 3314- 1146
CNPJ - 01.954.522/0001-95

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Estamos cientes da intenção da realização do projeto intitulado **Educação Física e Inclusão: Nos bastidores da Escola**, desenvolvida pela aluna **FABIANA GOMES DO NASCIMENTO** do Curso de Educação Física da Universidade Estadual da Paraíba, sob a orientação da professora Livia Tenório Brasileiro.

Campina Grande, 27 de Março de 2012.


Flávio Licarião dos Santos
DIRETOR ESCOLAR
AUT. IME Nº 06 / 2010

Flávio Licarião dos Santos
Diretor



ESTADO DA PARAÍBA
ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO JOSE
MIGUEL LEAO
RUA: JOAO MIGUEL LEAO S/N- DISTRITO DE SÃO JOSÉ DA MATA
CEP: 58.441-000 - FONE: 3314- 1018
CNPJ – 01.877.486/0001-03
INEP-250.765-90

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Estamos cientes da intenção da realização do projeto intitulado **Educação Física e Inclusão: Nos bastidores da Escola**, desenvolvida pela aluna **FABIANA GOMES DO NASCIMENTO** do Curso de Educação Física da Universidade Estadual da Paraíba, sob a orientação da professora Livia Tenorio Brasileiro.

Campina Grande, 03 de Abril de 2012.


Verônica Leal Pereira
Diretora



ESPAÇO EDUCACIONAL CARMELA VELOSO LTDA.
RUA APRIGIO VELOSO, 1359 – BODOCONGÓ
TEL. (83) 3333-2043
CEP: 58.430-380 – CAMPINA GRANDE-PB
CNPJ: 01.551.566/0001-74

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Estamos cientes da intenção da realização do projeto intitulado **Educação Física e Inclusão: Nos bastidores da Escola**, desenvolvida pela aluna **FABIANA GOMES DO NASCIMENTO** do Curso de Educação Física da Universidade Estadual da Paraíba, sob a orientação da professora Livia Tenorio Brasileiro.

Campina Grande, 03 de abril de 2012.

Ademar José Veloso da Silveira

Diretor

~~Ademar José Veloso da Silveira~~
DIRETOR - AUT. 022/04